

OS GOVERNOS CIVIS DE PORTUGAL HISTÓRIA E MEMÓRIA (1835-2011)

FERNANDO DE SOUSA (COORDENAÇÃO)



Em 2012, na sequência do concurso público internacional lançado pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, intitulado *Os Governos Cívicos de Portugal. História, Memória e Cidadania*, o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, no âmbito de tal Projeto, assumiu a responsabilidade de produzir e publicar um trabalho de investigação que desse a conhecer as origens e a evolução do Distrito e do seu magistrado, o Governador Cívico; a estrutura de funcionamento da administração distrital; os poderes dos Governadores Cívicos; a enumeração daqueles que exerceram tais funções, assim como o seu perfil sociológico e político; e o papel que os Governadores Cívicos e os órgãos distritais assumiram enquanto produtores de fundos documentais e obras culturais.

Tendo em consideração tais objetivos e os projetos de investigação já desenvolvidos pelo CEPESE sobre este tema, e sabendo nós que os Governadores Cívicos se encontram indelévelmente associados, desde as suas origens, a uma circunscrição administrativa territorial específica, o Distrito, decidimos estruturar a presente obra em seis partes.

Na primeira parte, estudamos os Distritos, apresentando os antecedentes históricos dos mesmos, nomeadamente, a organização administrativa de Portugal em finais do Antigo Regime e a reforma de Mouzinho da Silveira, que instituiu as Prefeituras ou Províncias; a criação dos Distritos Administrativos em 1835 e sua evolução até 2011-2012, anos em que desapareceram os Governadores Cívicos e se encerraram os Governos Cívicos, enquanto estruturas que prestavam o apoio técnico e administrativo necessário ao exercício da atividade de tais magistrados.

Na segunda parte, enunciamos, de forma exaustiva, as competências dos Governadores Cívicos entre 1835-2011; o papel político desenvolvido por estes no mesmo período; o seu perfil sociológico; e, por fim, o recente processo de extinção *de facto* destes magistrados e dos respetivos Governos Cívicos.

Na terceira parte, fazemos uma primeira aproximação ao património histórico-cultural associado aos Governos Cívicos e aos órgãos distritais, tendo em consideração as fontes documentais que uns e outros produziram e as publicações que editaram; e ainda, as bibliotecas existentes nos Governos Cívicos à data da sua extinção.

Na quarta parte, abordamos os arquivos dos Governos Cívicos de Portugal, enumerando as principais dificuldades e constrangimentos com que o CEPESE se deparou ao longo das diversas etapas de tratamento, inventariação e digitalização do seu espólio, apresentando em seguida as principais séries documentais de conservação permanente que existiam nos referidos arquivos.

A quinta parte é constituída pelo quadro geral dos Governadores Cívicos de Portugal, entre 1835-2011, incluindo o nome, naturalidade, profissão, formação académica e outros cargos políticos exercidos por estes magistrados, e indicando ainda, para cada mandato, as datas de nomeação e exoneração, a duração do mandato e a idade do Governador à data da respetiva nomeação.

Na sexta e última parte, chamamos a atenção para a principal legislação que, na nossa perspetiva, ajuda a compreender a criação e evolução dos Distritos, dos Governadores e respetivos Governos Cívicos, no período já referido.

Segue-se a Conclusão, o resumo alargado da obra em inglês, a listagem das principais fontes e bibliografia consultadas durante a nossa investigação e, finalmente, o índice analítico com os topónimos e antropónimos referidos ao longo do texto.

OS GOVERNOS CIVIS DE PORTUGAL HISTÓRIA E MEMÓRIA (1835-2011)

FERNANDO DE SOUSA (COORDENAÇÃO)

ANA LUÍSA FERNANDES ANTÓNIO VIEGAS BRUNO RODRIGUES CATARINA OLIVEIRA
DANIELA NOGUEIRA DIANA VILA POUÇA DIOGO FERREIRA FERNANDO DE SOUSA
ISILDA MONTEIRO LÚCIA MATOS MANUEL COUTO MARTA CADILHE NUNO MATIAS
PAULA BARROS PAULO AMORIM PEDRO MENDES RICARDO ROCHA SÉRGIO PINTO



CEPESE



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO
INTERNA

FICHA TÉCNICA

Título: Os Governos Cívicos de Portugal. História e Memória (1835-2011)

Edição: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Coordenação: Fernando de Sousa

Autores: Ana Luísa Fernandes, António Viegas, Bruno Rodrigues, Catarina Oliveira, Daniela Nogueira, Diana Vila Pouca, Diogo Ferreira, Fernando de Sousa, Isilda Monteiro, Lúcia Matos, Manuel Couto, Marta Cadilhe, Nuno Matias, Paula Barros, Paulo Amorim, Pedro Mendes, Ricardo Rocha, Sérgio Pinto

Revisão tipográfica: Ricardo Rocha

Tradução: Catarina Oliveira, Ricardo Rocha

Design Gráfico e Produção: José Miguel S. Reis

Impressão e Acabamento: Rainho e Neves, Lda – Santa Maria da Feira

ISBN: 978-989-8434-28-9

Depósito legal: 385001/14

1.ª Edição: Outubro, 2014

Tiragem: 1000 exemplares

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Edifício CEPESE

Rua do Campo Alegre, 1021

4169-004 Porto

Tel.: 226 073 770

Fax: 226 073 778

E-mail: cepese@cepese.pt

Url: www.cepese.pt

O CEPESE é co-financiado por:



© Todos os direitos de autor reservados ao CEPESE

© Entidades proprietárias da obra: Ministério da Administração Interna / SGMAI

Créditos fotográficos

José Miguel Reis: capa; 7; 27; 92; 99; 123; 124; 169; 190-191; 223; 224; 267; 277; 291; 293; 302; 329; 337; 341; 346; 347; 351; 357; 358; 383; 399; 429; 537; 554; 524

Manuel Couto: 367; 387; 408

Imagens cedidas pela SGMAI: 30; 62; 70; 86; 118; 132; 214; 228; 262; 270; 292; 300; 318; 330; 338; 344; 348; 354

Imagens cedidas pelo Espólio Fotográfico Português: 42-43; 50-51; 56-57; 140-141; 148-149; 198-199; 204-205; 546-547

Imagens cedidas pelo ANTT: 73 [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0001/0067A. Autor: Não mencionado]; 106 [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0032/2487I. Autor: Não mencionado]; 110 [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0001/0068A. Autor: Não mencionado]; 156 [PT/TT/EPJS/SF/008/02119. Autor: Joshua Benoliel]; 176-177 [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0046/1844L. Autor: Não mencionado]; 185 (em baixo) [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0003/0969A. Autor: Não mencionado]; 210 [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0059/3078M. Autor: Não mencionado]; 212-213 [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0047/2423L. Autor: Não mencionado]; 220 [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0003/1139A. Autor: Não mencionado]; 244-245 [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0045/1628L. Autor: Não mencionado]; 404 [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0195/0241B. Autor: Não mencionado]; 496-497 [PT/TT/EPJS/SF/001-001/0045/1634L. Autor: Não mencionado]; 558 [PT/TT/EPJS/SF/008/08098. Autor: Joshua Benoliel]; 560 [PT/TT/EPJS/SF/008/07890. Autor: Joshua Benoliel]; 577 [PT/TT/EPJS/SF/008/05311. Autor: Joshua Benoliel]

Imagem cedida pelo Museu Francisco Tavares Proença Júnior: 379

Imagem cedida pela Câmara Municipal de Bragança: 154

ÍNDICE

Prefácio	9
Introdução	13
I. Os Distritos de Portugal	29
1. Os antecedentes históricos dos Distritos (1800-1835)	31
1.1. A organização administrativa de Portugal em finais do Antigo Regime (1800-1834).....	33
1.2. As tentativas de reforma administrativa na Constituição de 1822 e na Carta Constitucional de 1826	40
1.3. A reforma administrativa de Mouzinho da Silveira e a institucionalização das Províncias ou Prefeituras (1832-1835)	44
2. A criação dos Distritos Administrativos (1835)	63
3. A continuidade histórica dos Distritos (1835-2011)	71
3.1 Propostas de extinção/redução dos Distritos durante o Constitucionalismo Monárquico e a Primeira República (1835-1926)	72
3.2. Da tentativa de extinção dos Distritos à ressurreição das Províncias no Estado Novo (1926-1974).....	76
3.3. Os Distritos durante a República Democrática (1974-2011).....	83
4. Corpos e órgãos da administração distrital (1835-2011)	87
4.1. A administração distrital durante a Monarquia e a Primeira República (1835-1926)	88
4.2. A administração distrital durante o Estado Novo (1926-1974).....	101
4.3. A administração distrital na República Democrática (1974-2011)	107
5. Balanço dos Distritos Administrativos	119
II. Os Governadores Cívicos de Portugal	131
1. Competências e funções dos Governadores Cívicos (1835-2011)	133
1.1. As instruções do Governo aos Governadores Cívicos (1835)	142
1.2. As reformas setembristas e a redução de competências dos Administradores Gerais (1836)	143
1.3. A reforma administrativa de 1842 e o reforço das atribuições dos Governadores Cívicos	150
1.4. O Código Administrativo de 1878	161
1.5. O Código Administrativo de 1886	166
1.6. As reformas administrativas e as competências dos Governadores Cívicos na viragem do século XIX para o século XX (1892-1910)	173
1.6.1. Os decretos de 1892	173
1.6.2. Os Códigos Administrativos de 1895-1896.....	173
1.6.3. O Código Administrativo de 1900	181
1.7. A Primeira República e as atribuições dos Governadores Cívicos (1910-1926)	183
1.8. As competências dos Governadores Cívicos durante o Estado Novo (1926-1974).....	184
1.9. A progressiva redução dos poderes dos Governadores Cívicos com o regime democrático (1974-2011)	193
1.10. Balanço das competências dos Governadores Cívicos	203

2. O papel político dos Governadores Civis (1835-2011)	215
3. Para uma análise sociológica dos Governadores Civis de Portugal (1835-2011)	229
3.1. Quantos Governadores Civis conheceu Portugal entre 1835-2011?	231
3.2. Número de mandatos por Governador Civil	234
3.3. Duração dos mandatos dos Governadores Civis.....	236
3.4. Governadores Civis por género	240
3.5. Idade dos Governadores Civis à data da nomeação	241
3.6. Naturalidade dos Governadores Civis	242
3.7. Governadores Civis titulados.....	248
3.8. Profissão dos Governadores Civis	249
3.9. Formação académica dos Governadores Civis	252
3.10. Outros cargos políticos dos Governadores Civis	255
4. O processo de encerramento dos Governos Civis (1976-2011).....	263
III. O Património Histórico-Cultural dos Governos Civis e Órgãos Distritais	269
1. Fontes produzidas pelos Governos Civis	271
2. Publicações editadas pelos Governos Civis	293
3. Fontes produzidas pelas Juntas Distritais e Assembleias Distritais	301
4. Publicações editadas pelas Juntas Distritais e Assembleias Distritais	319
5. As Bibliotecas dos Governos Civis	331
IV. Os Arquivos dos Governos Civis de Portugal	335
1. Dificuldades sentidas na execução do Projeto	339
2. Destino a dar aos fundos documentais dos Governos Civis	345
3. Principais conjuntos documentais que integram os fundos dos Governos Civis	349
3.1. Estabelecimentos hoteleiros e similares	349
3.2. Armeiros	350
3.3. Associações	350
3.4. Correspondência	352
3.5. Eleições.....	352
3.6. Passaportes	353
3.7. Máquinas de diversão.....	353
4. Outros fundos e subfundos documentais que integram os arquivos dos Governos Civis.....	355
5. Principais séries de conservação permanente existentes nos fundos dos Governos Civis	359
V. Quadro Geral dos Governadores Civis de Portugal	431
VI. Legislação relativa aos Distritos e Governos Civis de Portugal	499
Conclusão	533
<i>Notas</i>	<i>538</i>
<i>The Civil Governments of Portugal. History and Memory (1835-2011)</i>	<i>541</i>
<i>Fontes e Bibliografia</i>	<i>565</i>
<i>Notas sobre os Autores</i>	<i>573</i>
<i>Índice dos Quadros</i>	<i>579</i>
<i>Índice dos Mapas</i>	<i>580</i>
<i>Índice Analítico</i>	<i>581</i>

GOVERNO CIVIL DO DISTRITO
DE LERIA

PASTA DE DESPACHO



Processos para decisão (e) ou
assinatura (s) do
Exmo. Governador Civil

Prefácio

PREFÁCIO

PREFÁCIO

Para saber para onde vamos é importante perceber de onde viemos e onde nos encontramos. O presente é fruto de um acervo de experiências, de ideias, de continuidades e mudanças. Olhar para o presente de forma imediatista, como se de uma fotografia se tratasse, levar-nos-á a interpretações simplistas e redutoras que, forçosamente, nos empurram para erros desnecessários, alguns dos quais reiterados na forma e no conteúdo. Só entendendo a complexidade do presente estaremos em condições de elaborar políticas públicas capazes de resolver problemas, indo ao encontro das legítimas ambições da população.

Não cabe, nestas linhas, apresentar uma resenha histórica da origem e evolução dos Governos Cívicos de Portugal, explanada de forma minuciosa ao longo das próximas páginas. Mas a sua leitura evidencia que o Governo Civil funcionou sempre, desde a sua criação, como uma extensão do poder político central a todo o território nacional, tendo por missão representar o Poder Executivo e coordenar os serviços do Estado no território sob sua responsabilidade, o Distrito. Com o passar dos anos, este papel acabaria por perder relevância, não por decreto governativo mas por força das próprias circunstâncias.

Vários foram os fatores que contribuíram para tal, dos quais destacamos três: o fortalecimento do Poder Local após o 25 de Abril de 1974 e a transferência de competências que ocorreu – ainda que de forma descontinuada – da administração central para a administração local; a redução das distâncias, obtida através das infraestruturas ferroviárias e, sobretudo, rodoviárias; e o desenvolvimento das telecomunicações e de outros meios de comunicação tecnológica.

Assim, a eficiência governativa e a presença efetiva do Governo em todo o território nacional encontraram outras formas de concretização, mais céleres, mais eficazes e mais próximas do cidadão, que foram esvaziando a missão fundacional dos Governos Cívicos, reduzindo-os praticamente a uma dimensão simbólica. Foi por isso que o XIX Governo Constitucional decidiu olhar para este órgão administrativo de forma diferente e procurar novas abordagens às suas competências.

Propor o fim dos Governos Cívicos não constituiu propriamente uma originalidade. O XV Governo Constitucional, em 2002, apresentou no seu Programa de Governo “a defesa da extinção da figura do Governador Civil, no âmbito da revisão constitucional, transferindo parte das suas competências para as autarquias locais”.

Anos mais tarde, em 2006, o XVII Governo Constitucional apresentou o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, conhecido como PRACE. Nessa altura, advogou-se a substituição dos 18 Governos Cívicos por cinco a nível das NUTS II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve).

Contudo, não foi apenas no domínio do Governo e da administração central que se sentiu a necessidade de repensar o papel dos Governos Cívicos. O poder local, um pouco por todo o País, deu sinais claros de querer igualmente abordar esta temática – por exemplo, o município de Odivelas, em 2006, implementou a passagem da gestão do património do Governo Civil para a própria Câmara Municipal.

Em 2010, o PSD, o CDS e o BE propuseram acabar com os Governos Cívicos aquando de uma próxima revisão constitucional. Por sua vez, o Partido Socialista e o Partido Comunista não rejeitaram as propostas, fazendo depender a sua aceitação da implementação da regionalização.

No ato de posse do atual Governo, em junho de 2011, o Primeiro-Ministro, doutor Pedro Passos Coelho, em nome do Executivo, anunciou a sua intenção de não proceder à nomeação de novos Governadores Cívicos, afirmando assim a vontade de mudança que anima o atual Governo e que a difícil situação do País reclama.

Há anos que os Governos Cívicos, como referimos, tinham deixado de ser estruturas com sentido, com utilidade e com razão de ser. Progressivamente esvaziados de atribuições, estabeleceu-se um consenso na sociedade portuguesa acerca da dispensabilidade destas estruturas, sendo que, para muitos cidadãos, a sua manutenção mais não era do que um contributo para dar guarida a clientelas políticas dos partidos que estão, em cada momento, no Governo.

Assim, por resolução do Conselho de Ministros, foi determinado que até 15 de outubro de 2011 estariam aprovados os diplomas que procederiam à transferência das competências dos Governos Cívicos para outras entidades da Administração Pública, e que seriam também operadas a afetação e liquidação do património desses mesmos Governos Cívicos e a definição do regime legal aplicável aos seus funcionários.

O Governo deu, desta forma, o exemplo que se impunha e ainda se impõe, particularmente neste tempo de crise, de redobrada exigência e rigor na utilização dos dinheiros públicos – o exemplo de não pactuar com a perpetuação de estruturas dispensáveis, com o desperdício de recursos ou com a colocação de clientelas políticas.

Claro está que esta apreciação política não coloca em causa nem a competência, nem a dedicação à causa pública dos funcionários que integravam os quadros dos Governos Cívicos, a quem tivemos oportunidade de, no momento certo, deixar uma palavra de público reconhecimento pelo profissionalismo sempre demonstrado.

Apesar de algumas profecias catastrofistas então anunciadas, as mesmas ficaram por se confirmar. A verdade é que o vazio de poder que alguns assinalavam neste processo não se verificou; a verdade é que foi salvaguardada a necessária cadeia de comando na Proteção Civil; a verdade é que garantimos uma adequada transferência de competências. Quanto a este último ponto, a redistribuição de competências dos Governos Cívicos não foi feita para uma única entidade, mas para várias entidades da administração, consoante a natureza das competências transferidas, a necessidade de manter uma relação de proximidade com os cidadãos e a qualidade dos serviços prestados.

Referimos apenas um exemplo: no que respeita à concessão de passaportes, esta competência foi transferida para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e, através de um protocolo com o Ministério da Justiça, foram multiplicados por 10 os postos de atendimento aos cidadãos que, com igual segurança documental, por igual preço, e com maior proximidade, passaram a ter maior facilidade de acesso a este serviço.

Com esta reforma, os 106 lugares que dependiam diretamente dos gabinetes dos Governadores Cívicos – chamemos-lhes lugares políticos – extinguíram-se sem quaisquer outras consequências. Tudo isto para aumentar a eficiência, ganhar eficácia e racionalizar recursos financeiros no País, no momento em que este se confronta com graves problemas que determinaram o recurso à intervenção externa.

Para lá da poupança direta de mais de 2,8 milhões de euros com a extinção dos cargos de Governadores Civis e dos respetivos gabinetes de apoio, há uma poupança indireta com a anulação de rendas que o Estado pagava anualmente, o que equivale, no seu conjunto, a uma poupança para o Estado no valor de 3,5 milhões de euros. De resto, este ganho tem mais significado se pensarmos que a atribuição destes imóveis dos Governos Civis, sobretudo para domiciliar comandos distritais das forças de segurança – GNR, PSP, Proteção Civil e SEF –, evita que o Estado venha a gastar, nos próximos anos, uma verba significativa, estimada em cerca de 40 milhões de euros.

Em suma, o que presidiu à não nomeação dos Governadores Civis foi o propósito de melhorar os serviços públicos, realocando uma parte das suas competências. Todo este processo de repensar os Governos Civis e as suas funções implicou um trabalho legislativo que compreendeu 44 diplomas e mais de 220 competências distribuídas.

É no contexto deste processo de encerramento dos Governos Civis que surge a presente obra. Já em sede de debate parlamentar, em setembro de 2011, questionados sobre o destino a dar ao património histórico e acervo cultural de que os Governos Civis dispunham, tivemos oportunidade de expressar o nosso pensamento quanto à importância e à responsabilidade de preservar essa história e essa memória. Numa primeira fase, foi feito o inventário de todos os bens móveis dos Governos Civis, prevendo-se, através de legislação própria, o destino a dar-lhes. No mesmo debate, anunciámos igualmente que confiaríamos a instituições ligadas à Universidade o adequado tratamento de todo o acervo documental dos Governos Civis, em colaboração com a Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas.

Foi com base nesse pressuposto que, em 2012, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna lançou um concurso público internacional, que veio a ser ganho pelo CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, visando o levantamento, inventariação, descrição e digitalização da documentação existente nos Governos Civis e a publicação de uma obra que, além de apresentar um inventário desses fundos documentais, desse também a conhecer o papel desempenhado por estes organismos desde a sua criação até ao seu encerramento (1835-2011), as suas funções e competências ao longo da História do Portugal Contemporâneo, o perfil dos Governadores Civis, a evolução da administração distrital, o enquadramento legislativo e o seu património histórico-cultural.

Não poderíamos terminar este texto sem felicitar o CEPES pelo trabalho desenvolvido no âmbito deste Projeto de Investigação e, de um modo particular, pela presente obra que foca um tema da maior importância para que possamos pensar o enquadramento administrativo do País. Entendemos que o trabalho académico ultrapassa sempre as fronteiras das universidades e dos centros de investigação. O que o CEPES se propôs fazer com este projeto, sem prejuízo de reconhecer o enorme potencial de investigação que o assunto tem, é de enorme relevância para a chamada sociedade civil e, sobretudo, para os decisores políticos.

Julgamos ser de elementar justiça enaltecer não só trabalho desenvolvido, como a cidadania ativa demonstrada, sobretudo, por dar ênfase a um tema que foi e continua a ser da maior relevância para a forma como nos organizamos e vivemos enquanto País.

O Ministro da Administração Interna,
Miguel Macedo

Introdução

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

As Províncias formaram-se historicamente em obediência às condições naturais; os atuais Distritos foram criados administrativamente de um modo até certo ponto artificial. Umam provinham dos caracteres próprios das regiões, e a administração limitara-se a reconhecer factos naturais; outros, determinados por motivos abstratos, nasceram de princípios administrativos e estatísticos (área, quantidade de população, etc.), fazendo-os discordar o menos possível dos limites naturais, geográficos e climatológicos.

J. P. Oliveira Martins. *História de Portugal*, Tomo I. Lisboa, 1879

Em 2011, o Governo presidido por Pedro Passos Coelho procedeu ao encerramento formal e definitivo dos Governadores Civis, à transferência das suas competências e às dos Governos Civis para outras entidades da Administração Pública e à liquidação do seu património. Na sequência deste processo, sem dúvida complexo, o Ministério da Administração Interna (MAI), através da sua Secretaria-Geral (SGMAI), procurou garantir a salvaguarda e inventariação do património dos Governos Civis, nomeadamente dos fundos documentais dos seus arquivos.

Encerrados os Governos Civis em 2012, a SGMAI, com o referido objetivo, procedeu, em dezembro do mesmo ano, à abertura de um concurso internacional, designado *Os Governos Civis de Portugal. História, Memória e Cidadania*, através do qual o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade foi selecionado para a execução das ações seguintes:

- avaliação, seleção, eliminação e inventariação das fontes documentais existentes nos Governos Civis;
- digitalização dos fundos documentais escolhidos pela SGMAI;
- realização de um Seminário Internacional para uma maior divulgação do Projeto e publicação do respetivo livro de atas;
- produção da obra *Os Governos Civis de Portugal. História e Memória (1835-2011)*, que desse a conhecer a história dos Governos Civis, desde a sua origem até ao seu encerramento.

É, pois, este último trabalho, uma vez concluídas as outras ações referidas, que agora se publica, como um contributo inovador – sob alguns aspetos, exaustivo – para a História do Portugal Contemporâneo, nomeadamente das suas elites políticas, a que os Governadores Civis pertenciam.

Antes de abordarmos a estrutura desta obra, importa fazermos uma breve síntese do estado da arte quanto aos estudos biográficos das personalidades que integram a elite política portuguesa dos séculos XIX e XX – Presidentes da República, Primeiros-Ministros, membros do Governo, deputados, senadores, presidentes das principais Câmaras Municipais, e claro, os Governadores Cívicos – de forma a apreendermos o papel que o CEPESE tem desempenhado em tal investigação e situarmos melhor a obra que este Centro agora edita sobre os Governos Cívicos e os Governadores Cívicos de Portugal.

Oliveira Marques escreveu, há três décadas, que a escassez das biografias “constitui uma das bases do atraso da nossa historiografia” dos séculos XIX e XX. E acrescentava que nos faltava “claramente, um bom dicionário biográfico onde, com critério na seleção das figuras e na ordenação dos dados, estivessem arroladas as personalidades mais atuantes nos variados campos da atividade humana”.

Certamente que esta asserção, feita nos inícios dos anos de 1980 por um dos maiores historiadores portugueses, precoce e infelizmente desaparecido, está já ultrapassada, mas limitando-nos, por agora, ao mundo da política desde 1820 até ao presente, ou seja, desde a introdução do Liberalismo em Portugal, verificamos que há ainda muito a fazer.

É verdade que algumas das figuras políticas do Portugal Contemporâneo já encontraram o seu biógrafo. Mas muitas das personalidades que desempenharam funções de primeiro plano, quer na administração central, quer na administração regional e local, são totalmente desconhecidas, encontrando-se arredadas das enciclopédias e dicionários, não conseguindo nós compreender por que é que tal acontece, e por outro lado, quando fazem parte de tais instrumentos de consulta, que critérios levaram a que figuras de segundo plano tenham uma notícia biográfica extensa, pormenorizada – caso de numerosos militares e aristocratas – e políticos de relevo sejam biografados em meia dúzia de linhas, não raras vezes semeadas de erros, imprecisões ou lacunas que a simples consulta das fontes impressas ou da bibliografia científica existente poderia, desde logo, eliminar.

No entanto, o caminho para a recolha e publicação das notícias biográficas dos políticos portugueses foi iniciado desde cedo. Logo em 1822, José Gorjão lançava a *Galeria dos deputados das cortes gerais e extraordinárias e constituintes da nação portuguesa*. Esta obra, no entanto, ficou por longas décadas isolada, não tendo havido, por parte dos chefes de Estado, dos sucessivos governos ou do Parlamento, qualquer preocupação em dar a conhecer, através de publicações sistemáticas ou dicionários, as biografias de quem sucessivamente foi integrando os órgãos de soberania ou desempenhou funções de relevo no mundo da política. Se tivermos, porém, de relevar o esforço meritório de alguns dos órgãos de soberania nesta matéria, por mais simples que ele tenha sido, é ao Parlamento ou a figuras a ele ligadas que devemos atribuir o principal mérito.

Após esta iniciativa isolada, só a partir de meados do século XIX é que algum trabalho começou a ser realizado com o objetivo de dar a conhecer governantes e deputados, que estão na origem de estudos que hoje constituem valiosas fontes para quem se preocupa com a história política em geral e os retratos dos políticos em particular.

Em 1843, da autoria de um deputado (João de Azevedo?), iniciou-se a publicação do *Diccionario biographico político, ou galeria dos contemporaneos*, logo interrompida, porém, devido à revolta de Torres Novas, em fevereiro de 1844, razão pela qual apenas foram publicadas as biografias de três dezenas de parlamentares.

Em 1858, Aprígio Fafes, pseudónimo de Eduardo Tavares, mais tarde deputado, publicou a *Galeria Pittoresca da Camara dos Pares contendo uma apreciação imparcial...*, bem como a *Galeria parlamentar ou para-lamentar. Contendo uma apreciação imparcial de cada um dos membros do Parlamento da actual legislatura de 1858, oferecida ao bom senso do Paiz*, com algumas notas interessantes sobre os seus membros.

Em 1875, era publicada a *Estatistica methodica do pariato civil e ecclesiastico desde a sua fundação até 28 de Maio de 1875*, retomada em 1884, pela *Estatistica do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 29 de Março de 1884*; e atualizada, em 1910, pela *Estatística do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1909*.

Entre 1887 e 1892, Clemente José dos Santos (barão de São Clemente) lançou as suas valiosas *Estatísticas e biographias parlamentares portuguezas*, em seis volumes, onde, para além de nos relatar “os factos mais importantes da vida parlamentar em Portugal, desde o alvorecer das liberdades públicas”, também nos fornece “interessantes traços biográficos dos homens que mais se avantajaram no Parlamento português”.

Em 1905, José Marcelino de Almeida Bessa, no seu *Annexo ao Manual Parlamentar*, deu-nos o quadro cronológico dos ministérios, desde 1830 até 1905, consignando alguns factos que considerou mais notáveis, a relação alfabética dos senadores que fizeram parte da Câmara criada em 1838, e a lista alfabética dos deputados eleitos para as diversas legislaturas, entre 1834-1905.

Em 1911, reatou-se o exemplo de 1822, em *As Constituintes de 1911 e os seus deputados* (obra “compilada e dirigida por um antigo oficial da Secretaria do Parlamento”, Alberto Pimentel), com notícias biográficas dos parlamentares que delas fizeram parte, mas que, infelizmente, não foi nem continuada nem atualizada para as legislaturas seguintes, lacuna que só recentemente foi ultrapassada por uma obra de que falaremos mais adiante.

Durante o Estado Novo, os *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, a partir de 1936, começaram a inserir notícias biográficas de deputados e outras figuras públicas, mas sem o carácter sistemático e contínuo que seria de desejar.

Finalmente, para algumas legislaturas da Assembleia da República das últimas duas décadas, aquele órgão de soberania publicou as *Biografias dos Deputados*, mas muito sintéticas, com pouco rigor e sem definir o modelo, por mais simples que fosse, a que deveria obedecer a elaboração daquelas biografias.

Na VII Legislatura da Assembleia da República (1995-1999), o coordenador do presente estudo, então deputado à Assembleia da República, enquanto presidente da Comissão do Património do Parlamento, na sequência da iniciativa já tomada em legislatura anterior por António Barreto, teve oportunidade de lançar um vasto projeto de investigação, para o qual convidou historiadores da época contemporânea, destinado a produzir um dicionário biográfico dos parlamentares portugueses, desde 1820 até 1974.

No âmbito desse projeto, na *Coleção Parlamento* que a referida Comissão então criou, foram publicadas as obras *Parlamentares e Ministros da I.ª República (1910-1926)*, dirigida por Oliveira Marques; o *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, tendo como coordenadora Zília Osório de Castro; e o *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910) e (1935-1974)*, sob a responsabilidade de Maria Filomena Mónica para a Monarquia Constitucional, e Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto para o Estado Novo, trabalhos estes que vieram colmatar uma importante omissão da nossa História Contemporânea.

Ainda no âmbito da *Coleção Parlamento*, editaram-se, entretanto, as biografias de numerosos políticos, nomeadamente, de Fontes Pereira de Melo, Rodrigues de Freitas, Correia Barreto, Cunha Leal, Neto Paiva, Vitorino Henriques Godinho, o duque de Ávila e Bolama, Félix Pereira de Magalhães, Manuel Fernandes Tomás, Mouzinho da Silveira, António Lino Neto, José Estêvão de Magalhães, António José de Almeida, Sebastião de Magalhães Lima, Mariano Cirilo de Carvalho, Pimenta de Castro, Pinheiro Chagas, Bernardino Machado, António Granjo, José Domingues dos Santos e Machado dos Santos, João Marcelino Arroio, Álvaro de Castro e João Pereira Bastos.

Registe-se também, na mesma coleção, a publicação de *As Mulheres Deputadas e o Exercício do Poder Político Representativo em Portugal do Pós-25 de Abril aos Anos Noventa*, de Maria Amélia Clemente Campos; *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, de Rita Almeida Carvalho; *Nem Ditadura, nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, de Tiago Fernandes; *Os Deputados da Assembleia Nacional 1935-1974 e Os Procuradores da Câmara Corporativa 1935-1974*, de José Manuel Tavares Castilho; bem como de um dicionário biográfico dos *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*, de Mário Matos e Lemos; e o *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, de que saiu já o primeiro volume, coordenado por Maria Fernanda Rollo.

Fora do âmbito parlamentar, também surgiram várias obras, a partir do último quartel do século XIX, que dão valiosos contributos para a história biográfica dos políticos portugueses. De todas elas, gostaríamos apenas de dar conta de três do século XIX, uma de meados do século XX, e quatro outras editadas mais recentemente.

De finais do Oitocentismo português, referimos as *Memórias Histórico-Geneológicas dos Duques Portuguezes do Século XIX*, de João Carlos Torres e do visconde de Sanches de Baena, publicadas em 1883; os *Documentos para a História Contemporânea. José da Silva Carvalho e o seu Tempo*, uma compilação de António Viana datada de 1894, mas cuja documentação se reporta essencialmente às décadas de 1830 e 1840; e um estudo excelente mas pouco consultado, *Luctas Caseiras. Portugal de 1834 a 1851*, de Marques Gomes, publicado em 1899, que regista numerosas biografias de políticos na época referida, dando conta de aspetos inéditos e singulares da vida dos mesmos.

Já no século XX, em 1960, são dados à estampa os três volumes da *Nobreza de Portugal e do Brasil*, obra dirigida por Afonso Zuquete – curiosamente, ele próprio um antigo Governador Civil –, essencial para se conhecer os titulados que, até 1910, desempenharam cargos políticos.

Dos trabalhos recentes, pelo seu caráter inovador, saudamos o estudo coordenado por Zília Osório de Castro, *Lisboa 1821. A Cidade e os Políticos*, de 1996; *Os Presidentes e os Governos da República no século XX*, em 2000, de Alberto Guimarães e Manuel Pinto Machado, que esteve na origem, em 2011, de *Os Governos da República 1910-2010*, trabalho mais desenvolvido e mais bem estruturado sobre os Presidentes da República e os Primeiros-Ministros, contendo ainda as listas dos membros dos sucessivos governos para tal período; *Os Presidentes da República Portuguesa*, coordenado por António Costa Pinto, de 2001; e finalmente, em 2011, *Presidentes de Portugal*, do Museu da Presidência da República, coordenado por Diogo Gaspar.

O panorama é, pois, substancialmente diferente daquele que existia há duas ou três décadas, mas os trabalhos exaustivos quanto às biografias destas personalidades que não se limitem a escassas informações de natureza enciclopédica continuam a ser exceção. A investigação feita para os Presidentes da República e para os parlamentares deveria ser alargada, para o período

► Rainha Dona Maria II, em cujo reinado nasceram os Distritos Administrativos e os Governos Cívicos



em questão, a outras personalidades, nomeadamente aos Primeiros-Ministros de Portugal, aos Presidentes do Parlamento português, aos responsáveis pelas autarquias municipais das principais cidades de Portugal e aos Governadores Cívicos de Portugal que representaram o Governo nos Distritos Administrativos entre 1835-2011 e que detinham inegável poder nas circunscrições que chefiavam, de forma a termos uma noção das elites políticas, assim como das formas e mecanismos do poder e dos poderes locais/regionais no Portugal Contemporâneo.

Não com a profundidade e a extensão que inviabilizam resultados válidos em tempo útil. Mas com o rigor suficiente para se conhecer quem foram, incluindo, no mínimo, a sua naturalidade, filiação, origem social, formação, idade ao tempo do exercício das funções governativas, duração dos mandatos, outros cargos políticos exercidos, atividade política e obras publicadas, informações acompanhadas, sempre que possível, de textos que permitam conhecer melhor o perfil dos políticos biografados.

Tendo em consideração esta realidade, em 2008, o CEPESE apresentou ao Presidente da Assembleia da República, doutor Jaime Gama, um projeto de investigação intitulado *Os Presidentes do Parlamento Português (1821-2012)*, com o objetivo de traçar as biografias de todos os presidentes das diversas Câmaras parlamentares que existiram desde a introdução do regime liberal, projeto esse que, na sequência da sua aprovação, deu já origem à publicação, na *Coleção Parlamento*, em 2012, de *Os Presidentes do Parlamento Português. I República (1910-1926)*, coordenado por Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira, encontrando-se os restantes volumes a ser editados pela Assembleia da República.

Uma vez terminado este trabalho, o CEPESE apresentou em 2013 um Projeto de Investigação ao doutor Marques Guedes, Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, intitulado *Chefes de Governo e Primeiros-Ministros de Portugal (1820-2015)* que, após ter sido aprovado, está já a ser desenvolvido, com a finalidade de dar a conhecer as biografias das personalidades que exerceram tais funções, a atividade política mais relevante desenvolvida pelos mesmos, as grandes questões nacionais que surgiram durante os respetivos mandatos, e a caracterização do perfil e das preocupações cívicas e políticas destas figuras.

A nível dos Presidentes das Câmaras Municipais, em 2009, o CEPESE editou um estudo pioneiro em dois volumes quanto ao poder autárquico, sobre *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)* e o respetivo enquadramento legislativo, que foi objeto de uma nova edição em 2013, profundamente reformulado e aprofundado. E, entretanto, concluiu e publicou, em versão eletrónica, *Os Presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1834-2013)*, disponível em www.cepesepublicacoes.pt.



Quanto aos Governadores Cívicos e respetivos Distritos, os estudos publicados sobre os mesmos são muito escassos, limitando-se, na maior parte das vezes, no primeiro caso, a alinhar cronológica e acriticamente os seus nomes, e no segundo caso, a referir os seus nomes e a transcrever parcialmente a legislação relativa à sua formação e às atribuições dos corpos administrativos e órgãos do Distrito.

Em 1951, António Manuel Pereira publicou no *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* o artigo “Os Governadores Cívicos do Distrito do Porto”, onde, para além da lista dos mesmos, dava algumas notas dos Governadores Cívicos que tinham sido membros do Governo e que pertenciam à “aristocracia portuguesa”.

Em 1958, Albino Lapa, na *Revista de Guimarães*, apresentou uma relação dos Governadores Civis de Braga, considerada pelo próprio autor, mais tarde, uma “cronologia árida..., na maioria dos casos, desprovida de qualquer achega biográfica das respetivas personalidades”.

Em 1959, António Manuel Pereira dá ao prelo os *Governantes de Portugal desde 1820 até ao doutor Salazar*, onde insere as listas dos Governadores Civis por Distritos, com as datas de início e fim de funções.

Dos Governadores Civis do Distrito de Lisboa conhecemos, de 1962, “um trabalho medíocre” sob o ponto de vista biográfico (Oliveira Marques), os *Governadores Civis de Portugal (Lisboa)*, do já referido Albino Lapa.

No mesmo ano, foi publicado, de novo por António Manuel Pereira, *Como nasceram os distritos administrativos*, o qual apenas regista, por Distritos, os nomes dos Governadores Civis dos mesmos, a partir de 1835, acompanhados das datas de início e fim das suas funções e que apresenta ainda, para cerca de seis dezenas de Governadores Civis, ligeiros dados biográficos que, muitas vezes, se limitam a duas ou três linhas, estudo meritório mas sem qualquer rigor quanto às listas dos Governadores Civis que apresenta e, portanto, registando numerosas incorreções e algumas lacunas.

Em 1971, ainda e sempre, António Manuel Pereira publica na *Revista de Direito Administrativo* o artigo “Como nasceram os distritos administrativos”, onde não acrescentou nada de novo ao que já se sabia.

Em 1992, Paula Cristina França lançou *O Governo Civil do Distrito de Viseu. Nota histórica e documentação*, na qual regista a evolução do Governo Civil entre 1832-1989, mas cuja preocupação essencial foi a de descrever, sob o ponto de vista arquivístico, o fundo documental do Governo Civil do Distrito de Viseu, apresentando, contudo, a lista dos Governadores Civis e judiciosas considerações sobre as funções do Governador Civil e órgãos distritais.

Em 1994, o Ministério da Administração Interna editou *Governos Civis. Mais de um século de história*, com uma nota histórica relativa aos Governos Civis entre 1832-1994, de Paula França, onde esta, na introdução, repete praticamente o texto de 1992, e uma memória histórica dos Distritos, da qual consta, não sabemos porquê, a lista dos Governadores Civis de 1871 a 1994, com a data de nomeação e exoneração, mas sem qualquer análise crítica, razão pela qual esta publicação deve ser consultada com precaução.

Em 1997, Fernando de Sousa, João Maia e Paula Guilhermina concluíram um trabalho solicitado pelo Governo Civil do Porto, intitulado *Os Governadores Civis do Porto (1835-1995)*, entregue para publicação no Governo Civil do Porto, mas que, por razões que desconhecemos, acabou por não ser dado ao prelo.

Em 2002, saíram *Os Governadores Civis do Distrito de Vila Real*, um projeto de investigação desenvolvido pelo CEPSE, na sequência do desafio que nos foi colocado pelo respetivo Governador Civil, Artur Vaz, tendo como autores Fernando de Sousa e Silva Gonçalves, e a excelente *História do Governo Civil de Lisboa*, dirigida por José Tengarrinha, desconhecendo nós o trabalho que estava então em curso na capital – daí que, naquele, tivéssemos defendido que “o trabalho que agora se publica é assim o primeiro a debruçar-se sobre um Distrito de Portugal, neste caso o Distrito de Vila Real”, e neste, que se escrevesse “ser esta a primeira história de um Governo Civil elaborada em Portugal”. Tal coincidência foi mesmo comentada com humor, quando os responsáveis por estes dois projetos, um pouco mais tarde, se encontraram em trabalho universitário.

Logo de seguida, a convite do Governador Civil de Bragança, José Ruano, o CEPESE iniciou, para aquele Distrito, um trabalho semelhante ao que produziu para Vila Real, dando origem, em 2005, à publicação eletrónica de *Os Governadores Cívicos de Bragança*, de Fernando de Sousa, Ricardo Rocha e Ana Maria Afonso, que esteve consultável no sítio do Governo Civil de Bragança até 2011, e atualmente disponível em www.cepesepublicacoes.pt.

Em 2004, saiu a meritória *História do Governo Civil do Distrito do Porto*, de Barbosa da Costa, embora a ausência de uma metodologia científica e os erros que contém levem a que a sua consulta tenha de ser feita com algum cuidado.

Em 2008, o Ministério da Administração Interna publicou em versão eletrónica os *Governadores Cívicos 1835-2008*, ou seja, a lista dos seus nomes por Distritos, sem qualquer estudo prévio ou aparato crítico, reproduzindo, afinal, na sua maior parte, as relações dos Governadores Cívicos apresentadas nas obras já referidas de António Manuel Pereira.

Finalmente, em 2009, da autoria de Neto Gomes, foi editada pelo Governo Civil de Faro a obra *Governo Civil do Distrito de Faro. 175 Anos de História*, que teve segunda edição no ano seguinte, estruturada e inspirada nos trabalhos já mencionados para Lisboa e Vila Real.

Assim, tanto quanto conhecemos, foi preciso esperar pela primeira década do século XXI para surgirem trabalhos sistemáticos mas cientificamente desiguais sobre os Governos Cívicos e os seus magistrados numa perspetiva diacrónica, ou seja, Bragança, Faro, Lisboa, Porto e Vila Real.

Alguns autores, porém, foram surgindo entretanto, escrevendo, nas últimas décadas, sobre Governadores Cívicos ou abordando o papel político desempenhado pelos mesmos em determinadas épocas, neste ou naquele Distrito, ou sobre os poderes periféricos e a administração local. Destes, gostaríamos de mencionar, de José Manuel Sobral e Tavares de Almeida, em 1982, *Caciquismo e Poder Político. Reflexões em Torno das Eleições de 1901*; de Rui Ramos, em 1986, *O Estado Novo perante os Poderes Periféricos: o Governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)*, militar que exerceu as funções de Governador Civil naquele Distrito entre 1934-1944; Pedro Tavares de Almeida, com *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, em 1991; Fernando Farelo Lopes, com a obra *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, em 1994; em 1995, de novo, Pedro Tavares de Almeida, o autor que mais contribuiu para o conhecimento da elite política portuguesa oitocentista, incluindo, portanto, os Governadores Cívicos, com a *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na “Regeneração” (1851-1890)*; João Serra, com *Os Poderes Locais: Administração e Política no Primeiro Quartel do Século XX*, em 1996; *O Poder Regional do Governo Civil: Grandeza e Declínio*, também em 1996, de Luís Oliveira Ramos, que em anexo apresenta a lista dos Governadores Cívicos de Braga entre 1835-1926; em 1997, de José Gonçalves da Silva, *O Clientelismo Partidário da I República: o Caso do Partido Reconstituente*; em 1998, de João Serra, *As Reformas da Administração Local de 1872 a 1910*; e em 2007, de Diego Palacios Cerezales, *O Princípio de Autoridade e os Motins Antifiscais de 1862*.



No que diz respeito ao Direito Administrativo, importa referir os nomes de alguns dos autores que estudaram os códigos administrativos que Portugal conheceu desde 1836 ou que forneceram contributos inestimáveis para a análise das funções e competências dos Governadores Cívicos e órgãos distritais. Desde logo, Justino António de Freitas, nas *Instituições de*

Direito Administrativo Português, em 1857; Joaquim Tomás Lobo de Ávila, com os seus *Estudos de Administração*, em 1874; Guimarães Pedrosa e o seu *Curso de Ciência da Administração e Direito Administrativo*, em 1908; Marcelo Caetano, autor do clássico estudo sobre *A Codificação Administrativa em Portugal: um Século de Experiência (1836-1936)*, de 1935, e do *Manual de Direito Administrativo*, que desde 1937 e até 1973 vai conhecer dez edições; Diogo Freitas do Amaral, continuador de Marcelo Caetano, cujo *Curso de Direito Administrativo*, desde 1986, já conheceu várias edições e reimpressões; José Pedro Fernandes, que dirigiu o *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, em sete volumes, publicados entre 1990-1996, com pelo menos um volume de suplemento (1998); João Caupers, autor do excelente estudo *A Administração Periférica do Estado. Estudo de Ciência da Administração*, em 1994; e, finalmente, Marcelo Rebelo de Sousa, com as suas *Lições de Direito Administrativo*, de 1999.



O Distrito, enquanto circunscrição administrativa de Portugal, para além dos debates parlamentares, começou a merecer a atenção de políticos, geógrafos, historiadores e amadores a partir da Ditadura Militar (1926-1933), ou seja, a partir do momento que se percebeu que o novo regime procurou valorizar mais a província-região e a pôr em causa aquele.

Assim, de entre os numerosos autores que se debruçaram sobre a continuidade ou extinção do Distrito, podemos referir, entre outros, Luís Chaves, com *A Divisão Territorial Portuguesa*, em 1927; Amorim Girão, que escreveu o *Esboço de uma Carta Regional de Portugal*, em 1930; Tito de Sousa Larcher, com o volume II dos seus *Estudos de Regionalismo*, intitulado *A Divisão Administrativa de Portugal*, em 1931; Alberto Souto, com o *Em prol do Distrito*, de 1940; e António Manuel Pereira, autor da *Organização Política e Administrativa de Portugal*, em 1949 (suplemento de 1951), que em 1962 volta a este tema, no seu estudo, já indicado por nós, *Como Nasceram os Distritos Administrativos*.

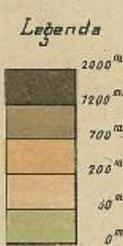
Todas estas obras, com exceção da de Amorim Girão, limitam-se a transcrever partes de textos legislativos relativos à divisão do território, inclusive das Constituições e Códigos Administrativos, a defenderem a criação das Províncias como entidades administrativas, ou a continuidade dos Distritos, nada tendo a ver com os notáveis trabalhos que se produziram a partir da década de 1960 até ao presente quanto à problemática da divisão administrativa do território nacional nos séculos XIX e XX, em que os Distritos ocuparam um papel determinante.

Sem quaisquer pretensões de exaustividade, limitamo-nos apenas a chamar a atenção para quatro estudos que entendemos fundamentais para melhor apreendermos o Distrito. O primeiro trabalho produzido em Portugal quanto à organização do espaço territorial do Continente, nomeadamente quanto à sua divisão administrativa na sequência das reformas liberais, caracterizada pelos seus autores como “período de codificação administrativa” – não com o objetivo de reconstituição histórica político-administrativa, mas de procurar ajudar a compreender melhor a organização do espaço regional –, foi o das *Regiões Homogéneas no Continente Português*, de Castro Caldas e Santos Loureiro, publicado em 1966, que constituiu um marco pelo rigor científico e pelo levantamento cartográfico que apresenta.

Seguiu-se, em 1985, de José António Santos, a *Regionalização. Processo Histórico*, que aprofunda e completa o estudo anterior, acompanhado também de numerosos mapas da divisão administrativa de Portugal Continental, quer por Províncias, quer por Distritos.

ESBÔCO
DUMA
CARTA REGIONAL
DE
PORTUGAL
POR

A. de Amorim Gomes
1933



Escala $\frac{1}{2.000.000}$

Em 1997, Luis Espinha da Silveira, no seu *Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo de Portugal*, em papel e suporte digital, não só reconstitui a divisão administrativa de Portugal Continental em 1826, 1834 e 1842, utilizando uma aplicação informática inovadora quanto à cartografia histórica, como apresenta uma análise comparativa da organização periférica do Estado em Inglaterra, França e Espanha, para um melhor entendimento da realidade portuguesa.

Recentemente, de Fernando Catroga, na sequência de vários textos seus publicados em revistas e obras coletivas nos últimos dez anos – nomeadamente, a sua *Geografia Política. A querela da divisão provincial na I República e no Estado Novo* –, com o rigor, a profundidade e a problematização que sempre coloca nos seus trabalhos, saiu a *Geografia dos Afectos Pátrios. As Reformas Político-Administrativas (sécs. XIX-XX)*, onde procura captar as ligações entre a estruturação e o funcionamento do Estado Contemporâneo, com a geografia administrativa de Portugal, fornecendo-nos, deste modo, uma leitura inovadora do municipalismo, distritalismo, provincialismo e paroquialismo, à luz do “patriotismo das pequenas pátrias” que a reforma do Estado suscitou.



Em síntese, era este o estado da arte quanto à história dos Governadores Civis, Governos Civis e Distritos, circunscrições administrativas que estão indissolúvelmente ligadas a tais magistrados.

Em 2013, como já dissemos, na sequência do concurso público internacional lançado no ano anterior pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, intitulado *Os Governos Civis de Portugal. História, Memória e Cidadania*, o CEPESE assumiu a obrigação de produzir a obra *Os Governos Civis de Portugal. História e Memória (1835-2011)*, a qual agora se publica.

Tendo em consideração os projetos de investigação já desenvolvidos pelo CEPESE sobre este tema, e sabendo nós que os Governadores Civis se encontram indelevelmente associados, desde as suas origens, a uma circunscrição administrativa territorial, o Distrito, decidimos, após uma reflexão cuidada, estruturar esta obra da forma que a seguir se apresenta.

Na primeira parte, abordamos os Distritos, apresentando os antecedentes históricos dos mesmos, nomeadamente, a organização administrativa de Portugal em finais do Antigo Regime e a reforma de Mouzinho da Silveira, que instituiu as Prefeituras ou Províncias; a criação dos Distritos Administrativos em 1835 e sua evolução até 2011-2012, anos em que desapareceram os Governadores Civis e se encerraram os Governos Civis, enquanto estruturas que prestavam o apoio técnico e administrativo ao exercício da atividade de tais magistrados.

Na segunda parte, enunciamos, de forma exaustiva, as competências dos Governadores Civis entre 1835-2011; o papel político desenvolvido por estes no mesmo período; o seu perfil sociológico; e, por fim, o recente processo de extinção *de facto* destes magistrados e dos respetivos Governos Civis.

Na terceira parte, fazemos uma primeira aproximação ao património histórico-cultural associado aos Governos Civis e aos órgãos distritais, tendo em consideração as fontes documentais que uns e outros produziram e as publicações que editaram; e ainda, as bibliotecas existentes nos Governos Civis à data da sua extinção.

Na quarta parte, abordamos os arquivos dos Governos Civis de Portugal, enumerando as principais dificuldades e constrangimentos com que o CEPESE se deparou ao longo das diversas

◀ Proposta de Amorim Girão para uma Carta Regional de Portugal (1933)

etapas de tratamento, inventariação e digitalização do seu espólio, apresentando em seguida as principais séries documentais de conservação permanente que existiam nos referidos arquivos.

A quinta parte é constituída pelo quadro geral dos Governadores Cívicos de Portugal, entre 1835-2011, incluindo o nome, naturalidade, profissão, formação académica e outros cargos políticos exercidos por estes magistrados, e indicando, para cada mandato, as datas de nomeação e exoneração, a duração do mandato e a idade do Governador à data da respetiva nomeação.

Na sexta e última parte, chamamos a atenção para a principal legislação que, na nossa perspetiva, ajuda a compreender a criação e evolução dos Distritos, dos Governadores e respetivos Governos Cívicos, no período já referido.

Segue-se a Conclusão, o resumo alargado da obra em inglês, a listagem das principais fontes e bibliografia consultadas durante a nossa investigação e, finalmente, o índice analítico com os topónimos e antropónimos referidos ao longo do texto.

Fica bem claro, portanto, que esta obra não pretende detetar o impacto que o Distrito teve no desenvolvimento económico e social do País e nas assimetrias que teimosamente perduraram a nível regional. Nem especular sobre os eventuais benefícios que resultariam da opção pela Província em vez de ter prevalecido o Distrito. E muito menos, fazer a história da administração periférica interna do Estado, e portanto, tratar da divisão do território, dos órgãos locais e dos serviços locais do Estado, uma vez que, quanto a circunscrições administrativas, apenas nos interessa o Distrito, e quanto a magistrados administrativos, só nos preocupa o Governador Cívico, que se encontrava à frente do Distrito.

Procuramos, isso sim, fazer história pura e dura, assente, principalmente, em fontes documentais primárias, de forma a compreendermos a criação e a longevidade do Distrito assim como do seu principal magistrado, a detetarmos a estrutura de funcionamento da administração distrital, os poderes dos Governadores Cívicos, a enumeração rigorosa daqueles que exerceram tais funções, a definição do seu perfil sociológico e político, e o papel que os Governadores Cívicos e os órgãos distritais assumiram enquanto produtores de fundos documentais e obras culturais.

Temos a noção exata do carácter inovador do nosso trabalho, exaustivo nalguns temas, pioneiro noutros, dada a inexistência de estudos sobre alguns deles, como, por exemplo, sobre as Juntas Gerais de Distrito, Assembleias Distritais ou os Conselhos de Distrito, sobre a caracterização sociológica dos Governadores Cívicos de Portugal, ou ainda sobre o património histórico-cultural dos mesmos.

Por outro lado, se abordamos exaustivamente as competências dos Governadores Cívicos e dos corpos administrativos distritais à luz do direito português, continuamos a desconhecer, na prática, em cada Distrito, de que forma uns e outros desempenharam as suas funções, contribuindo (ou não) para o desenvolvimento económico, social e cultural da sua circunscrição. Esse conhecimento, a avaliação que podemos fazer do magistrado superior e dos órgãos existentes no Distrito, entre 1835-2011, só poderá ser efetuada através da investigação baseada nas fontes documentais produzidas a nível distrital e que está ainda por fazer.

Não pretendemos, com estas palavras, reivindicar méritos. Pretendemos, isso sim, justificar insuficiências, lacunas e omissões inevitáveis neste trabalho, seguramente mais reduzidas se já existissem estudos prévios sobre estes temas.

► João Xavier Mouzinho da Silveira, responsável pela reforma administrativa que está na origem dos Distritos e Governos Cívicos em Portugal





Resta-nos agradecer a todos quantos contribuíram, quer para a produção da presente obra, quer para o Projeto de Investigação que está na sua origem.

Desde logo, ao senhor Ministro da Administração Interna, doutor Miguel Macedo, pelo interesse e empenhamento que revelou no sucesso deste Projeto, e pela honra que nos deu ao prefaciá-lo o presente volume.

Ao anterior Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, engenheiro Juvenal Peneda, que desde a primeira hora e até ao abandono de tais funções, criou as condições necessárias para a execução do Projeto; e ao seu sucessor, professor doutor Fernando Alexandre, que acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos desde a sua entrada em funções, tomando atempadamente as decisões necessárias para que fosse possível concluí-lo no prazo estabelecido.

À anterior Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna, doutora Nelza Florêncio, e ao seu sucessor, doutor Carlos Palma, que mantiveram, desde o início do Projeto, particular atenção ao mesmo, reunindo connosco sempre que necessário, em ordem a criarem as condições indispensáveis para o seu desenvolvimento do ponto de vista operacional.

Um agradecimento muito especial à Diretora dos Serviços de Documentação e Relações Públicas da SGMAI, doutora Angélica Jorge, e à Chefe de Divisão de Documentação e Arquivo da mesma Secretaria-Geral, doutora Cidália Ferreira, as quais acompanharam incansavelmente, no terreno, o trabalho dos colaboradores do CEPSE, falando pessoalmente com os responsáveis dos serviços instalados nos edifícios dos Governos Cívicos, de forma a estabelecerem-se as condições materiais efetivas para a instalação das equipas, e colaborando connosco na recolha do material iconográfico necessário para a apresentação gráfica desta obra, agradecimento extensível a todos os quadros e técnicos da SGMAI envolvidos neste Projeto.

Os nossos agradecimentos estendem-se aos responsáveis e colaboradores das diversas entidades que ocupam atualmente os edifícios dos Governos Cívicos – Autoridade Nacional de Proteção Civil, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras –, que colaboraram connosco sempre que foi necessário; e à Unidade de Apoio do Comando de Pessoal do Exército, instalada no Quartel de Monte Pedral, na cidade do Porto, pela cedência do espaço para a acomodação, tratamento e digitalização da documentação e por todo o apoio logístico que nos prestaram ao longo do Projeto.

Aos diversos responsáveis pelos arquivos portugueses, nacional e distritais, que nos prestaram a melhor colaboração, em especial ao doutor Silvestre Lacerda, subdiretor da DGLAB; aos doutores Pedro Penteado e Maria José Fidalgo, também da DGLAB; ao doutor Porfírio Correia, do Arquivo Distrital de Beja e agora diretor do Arquivo Distrital de Aveiro; à doutora Maria João Pires de Lima, diretora do Arquivo Distrital do Porto; ao doutor Levi Coelho, do Arquivo Distrital da Guarda; ao doutor António Sousa, do Arquivo Distrital de Braga; e ao professor doutor José Pedro Paiva, do Arquivo da Universidade de Coimbra.

Ao doutor Mário Ferreira, pela cedência graciosa de imagens do Espólio Fotográfico Português, e à diretora do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, doutora Aida Rechená, também pela cedência de imagens.

Ao *designer* José Miguel Reis, principal responsável pelo *design* gráfico desta obra e autor de várias fotografias que a ilustram.

Ao Michael Davis, pela revisão dos textos em inglês.

Sendo impossível, neste espaço, nomear todos os investigadores e técnicos que connosco trabalharam e que contribuíram para a execução deste Projeto, tarefa ingente que só pôde ser

Índices

ÍNDICES

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro n.º 1 – Os Distritos de Portugal (1835)	67
Quadro n.º 2 – Principais competências das Juntas / Assembleias Distritais (1835-2011)	109
Quadro n.º 3 – Magistrados, corpos administrativos e órgãos distritais (1835-2011)	111
Quadro n.º 4 – Estatuto das capitais de Distrito (1835-1836)	120
Quadro n.º 5 – Principais competências dos Governadores Civis (1835-2011)	211
Quadro n.º 6 – Número de Governadores Civis e mandatos por regime político	231
Quadro n.º 7 – Anos em que foram nomeados trinta ou mais Governadores Civis	232
Quadro n.º 8 – Número de Governadores Civis e mandatos por Distrito	233
Quadro n.º 9 – Número de mandatos exercidos pelos Governadores Civis	234
Quadro n.º 10 – Governadores Civis com cinco ou mais mandatos	235
Quadro n.º 11 – Governadores Civis que exerceram funções em regimes políticos distintos	236
Quadro n.º 12 – Duração dos mandatos dos Governadores Civis	237
Quadro n.º 13 – Duração dos mandatos dos Governadores Civis, por regime político	238
Quadro n.º 14 – Governadores Civis com mais de dez anos em funções (mandatos acumulados)	239
Quadro n.º 15 – Governadoras Civis em Portugal	240
Quadro n.º 16 – Idade dos Governadores Civis à data da nomeação	241
Quadro n.º 17 – Idade média dos Governadores Civis à data da nomeação, por regime político	242
Quadro n.º 18 – Naturalidade dos Governadores Civis por País	242
Quadro n.º 19 – Concelhos de naturalidade de dez ou mais Governadores Civis	243
Quadro n.º 20 – Governadores Civis por Distrito de naturalidade	246
Quadro n.º 21 – Governadores Civis naturais do Distrito em que exerceram funções	247
Quadro n.º 22 – Governadores Civis com título de nobreza	248
Quadro n.º 23 – Governadores Civis por profissão e setor profissional (1835-2011)	250
Quadro n.º 24 – Setor profissional dos Governadores Civis, por regime político	252
Quadro n.º 25 – Cursos superiores em que se formaram dez ou mais Governadores Civis	253
Quadro n.º 26 – Áreas científicas de formação académica dos Governadores Civis	254
Quadro n.º 27 – Áreas científicas de formação académica dos Governadores Civis, por regime político	254
Quadro n.º 28 – Outras funções políticas assumidas por Governadores Civis	256
Quadro n.º 29 – Governadores Civis que exerceram funções em órgãos superiores do Estado e da administração territorial	257
Quadro n.º 30 – Governadores Civis que exerceram funções como Primeiros-Ministros de Portugal	258
Quadro n.º 31 – Representatividade dos órgãos em que os Governadores Civis exerceram funções, por regime político	260

ÍNDICE DOS MAPAS

Mapa n.º 1 – Províncias de Portugal Continental (1822)	40
Mapa n.º 2 – Províncias militares de Portugal Continental (1822)	45
Mapa n.º 3 – Províncias ou Prefeituras de Portugal Continental (1832-1833)	47
Mapa n.º 4 – Comarcas de Portugal Continental (1826)	61
Mapa n.º 5 – Distritos de Portugal Continental (1835)	68
Mapa n.º 6 – Convergências e divergências entre os territórios e sedes dos Distritos criados em 1835 e das comarcas existentes em 1827	68
Mapa n.º 7 – Distritos Administrativos dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira (1836)	69
Mapa n.º 8 – Províncias de Portugal Continental (1842)	72
Mapa n.º 9 – Proposta para nova divisão distrital de Portugal Continental (1867)	72
Mapa n.º 10 – Configuração dos Distritos de Portugal Continental após a criação do Distrito de Setúbal (1926)	80
Mapa n.º 11 – Províncias de Portugal Continental com o Código Administrativo de 1936	80

ÍNDICE ANALÍTICO

Nota prévia: Relativamente aos nomes dos Governadores Civis, apenas se referem aqueles que se encontram mencionados ao longo da obra, uma vez que a totalidade dos nomes é apresentada alfabeticamente em quadro próprio, o que tornaria redundante a sua menção neste índice. O mesmo critério se aplicou aos autores referidos na Bibliografia e no capítulo relativo ao Património Histórico-Cultural dos Governos Civis e Órgãos Distritais.

#

25 de Abril de 1974 (revolução) – 9, 85, 107, 193, 221, 230, 252, 264, 351, 353, 360, 364, 368, 372, 378, 380, 388, 392, 400, 405, 413, 419, 426, 533
28 de Maio (revolução) – 76, 101, 106, 184, 257, 258, 525

A

ABRANCHES, Roque Ribeiro de – 55

Abrantes – 475, 488

ABREU, António Luís de – 69, 137, 443

Açores – 39, 40, 45, 52, 54, 67, 68, 69, 71, 74-76, 82, 83, 85, 106, 111, 120, 122, 125, 127, 136, 138, 139, 155, 181, 193, 203, 242, 246, 263, 285, 294, 312, 320, 324, 437, 485, 500, 519, 520, 521, 525-527, 529, 536, 538, 566, 568, 570, 580

Administrador concelhio – 63, 65, 66, 90, 126, 144, 152, 155, 170, 179, 181, 182, 215, 216, 362, 370, 377, 386, 394, 402, 407, 411, 414, 421, 432, 501, 505, 517, 518

Administrador Geral – 40, 41, 44, 59, 63, 75, 111, 125, 133, 134, 143-147, 150, 151, 500-509

AFONSO, Ana Maria – 20

AFONSO, António Martins – 79

Agências de viagens – 527

Agricultura – 38, 49, 96, 102, 104, 129, 142, 147, 157, 256, 275, 276, 282, 285, 286, 288, 301, 310, 313, 323, 432, 439, 489, 500, 504, 508, 529, 565

Águeda – 36, 435, 440, 455, 462, 468, 485, 486, 488

Aguiar da Beira – 457, 469, 486

AGUIAR, Joaquim António de – 58, 73, 74

AGUIAR, José Teixeira de – 136

Albergaria-a-Velha – 460, 477

Albufeira – 470, 481

ALBUQUERQUE, Albano Caldeira Pinto de – 235

ALBUQUERQUE, Francisco de Almeida Cardoso e – 235

ALBUQUERQUE, Gonçalo Caldeira Cardoso Leitão e – 55

ALBUQUERQUE, João Carlos Emílio de Saldanha e – 241

ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mouzinho de – 54, 71

Alcácer do Sal – 71, 468, 469, 487

Alcanena – 451

Alcobaça – 61, 446, 462, 475, 480, 495

Alcochete – 71

Aldeia Galega – 71

Alenquer – 310, 442, 493, 494

Alentejo – 9, 33, 36, 38-40, 45-47, 49, 52, 55, 67, 72-75, 80, 279, 320, 324

ALEXANDRE, Fernando – 26

Alfândega da Fé – 462

Algarve – 9, 33, 35, 38, 40, 45-47, 49, 52, 55, 58, 64, 67, 68, 72, 73, 75, 80, 280, 296, 446, 457

Alhandra – 36

Alijó – 438, 441, 450, 463, 489, 493, 494

Aljezur – 481

Aljustrel – 488

Almada – 71, 482

Almeida (concelho) – 445, 462, 473

ALMEIDA, António Caiado de – 137

ALMEIDA, António José de – 16, 74, 183

ALMEIDA, Maria Teresa Mourão de – 240, 488

ALMEIDA, Pedro Tavares de – 20

ALMEIDA, Solano de – 459, 558

Almeirim – 459, 487

Almodôvar – 444

Alpiarça – 298, 468, 494

Alter do Chão – 464

Alto Alentejo – 72-74, 80, 324

Alvaiázere – 36, 475, 479

Álvaro (vila) – 36

ALVELOS, Francisco de Assis de Melo Lemos e – 239, 457

ALVES, Jorge – 189

Alvito – 482

AMARAL, Diogo Freitas do – 21, 83, 85, 127, 202, 203, 211, 220, 533, 552

Amarante – 433, 435, 438, 458, 468, 470, 570

AMORIM, Paulo – 27, 575

Anadia – 469, 566

Angola – 32, 242, 455, 490

Angra do Heroísmo – 39, 45, 54, 68, 69, 75, 76, 83, 85, 88, 98, 101, 106, 120, 138, 233, 235, 238, 243, 246, 247, 272, 273, 282, 294, 303, 304, 320, 433, 434, 436, 437, 438, 440-447, 450-455, 457, 458, 460, 461, 463, 465, 470, 471, 477-480, 483-487, 490, 491-495, 520, 524, 538, 568, 569

Ansião – 433, 436, 477, 480
 Antigo Regime – 23, 31-33, 35, 44, 49, 54, 60, 61, 64, 68, 75, 119, 121, 125, 133, 134, 143, 155, 225, 355, 509, 533, 568, 569, 571, 573
 Arcos de Valdevez – 460
 Área Metropolitana de Lisboa – 129
 Área Metropolitana do Porto – 129
 Arega – 36
 Arganil – 296, 436, 440, 455, 474, 476
 Armamar – 486
 Armas de fogo – 147, 152, 350, 351, 360, 361, 362, 364, 366, 370, 371, 374-377, 381, 382, 385, 390, 392, 397, 400, 402, 403, 405-407, 411, 413, 417-419, 422, 423, 506, 508, 511, 523, 524
 Arouca – 437, 446, 476
 Arquivo Histórico Militar – 432
 Arquivo Nacional da Torre do Tombo – 271, 565
 Arraiolos – 476, 489
 ARRAIS, Luís Pinto de Mendonça – 45, 138, 484
 Arruda dos Vinhos – 310, 441
 ARRUDA, Francisco de Melo Manuel Leite de – 236, 458
 Assembleia Constituinte – 74, 127, 565
 Assembleia da República – 15, 18, 110, 112, 256, 257, 259, 265, 266, 345, 352, 431, 531, 538, 539, 567-569
 Assembleia Distrital – 24, 85, 87, 107-117, 127, 194, 195, 255, 269, 299, 301, 302, 319, 355, 356, 529-531, 569-571
 Assembleia Municipal – 107, 108, 111, 113, 115-117, 256, 257, 432
 Assembleia Nacional – 15, 16, 82, 83, 189, 256
 Assembleia Nacional Constituinte (1911) – 183, 521
 Assembleia Regional – 85
 Assistência – 49, 79, 97, 101, 103, 104, 109, 126, 157, 189, 196, 201, 203, 211, 217, 226, 290, 310, 312, 355, 361, 365, 369, 373, 376, 381, 385, 389, 393, 397, 401, 406, 410, 413, 417, 420, 424, 426, 523-526
 Associação de Municípios – 109, 111, 129, 195, 202
 Associações – 79, 97, 104, 109, 121, 153, 157, 165, 166, 168, 171, 180, 187, 188, 200, 201, 210, 211, 217, 226, 278, 282, 289, 350, 351, 352, 359-365, 368, 369, 370, 372-374, 376, 378, 380-386, 389, 392-394, 396, 398, 400, 401, 403, 406, 407, 409, 410, 412-414, 416, 418, 420-424, 426, 428, 512-514, 518-520, 523, 525, 527, 529, 535
 Autoridade de Segurança Alimentar e Económica – 227
 Aveiro – 26, 30, 36, 61, 67, 68, 74, 75, 79, 80, 82, 120, 136, 137, 181, 233-235, 238, 243, 246, 247, 264, 272, 274, 294, 302, 304, 305, 320, 356, 360-363, 433-435, 437-441, 443, 444, 446-452, 454-464, 466, 468, 469, 471-474, 476-495, 527, 560, 566, 569, 570
 AVELAR, António Emílio Severino de – 236, 442
 ÁVILA, António José de – 59, 74, 136, 248, 258, 259, 443
 ÁVILA, Joaquim Tomás Lobo de – 21, 29, 40, 77, 92, 121, 125, 131, 147, 161, 203, 206, 217
 Avis – 33
 AZEVEDO, Joaquim José de – 137, 470

B

BAENA, Sanches de (visconde de) – 16
 Baião – 297, 436, 437, 447, 449
 Baixo Alentejo – 46, 49, 73, 80, 320
 BARBOSA, José das Neves – 136, 474
 Barcelos – 33, 39, 458, 466, 476, 477, 479, 486, 488
 Barreiro – 71, 461
 BARRETO, António – 15
 BARRETO, Nuno José Severo de Mendoça Rolim de Moura – 248, 258, 490
 BARROS, Paula – 27, 575

BARROSO, Durão – 202
 BASTOS, Miguel Pádua Rodrigues – 239, 490
 Batalha – 445
 BEÇA, Abílio – 218, 219, 433
 Beira (província) – 33, 35, 36, 38, 39, 40, 45, 49, 72, 75, 327
 Beira Alta – 45, 49, 52, 55, 58, 67, 73, 74, 80, 302, 317
 Beira Baixa – 45, 49, 52, 55, 64, 67, 73, 80, 296, 321, 465
 Beira Litoral – 80, 278
 BEIRES, José de – 235, 280, 285, 289, 291, 474
 Beja – 26, 33, 36, 49, 62, 67, 68, 73, 75, 80, 109, 110, 120, 136, 137, 181, 233, 235, 243, 246, 247, 264, 272, 274, 294, 305, 320, 364-367, 434, 435, 437, 438, 440-442, 444-448, 450, 452, 455-461, 463, 466-468, 470, 472, 473, 476-486, 488, 489, 491-493, 524, 568
 Belmonte – 493
 Benavente – 326, 467, 472
 Beneficência – 96, 100, 109, 110, 152, 157, 165, 168, 170-172, 174, 175, 179, 180, 189, 206, 211, 281, 301, 350, 351, 373, 389, 401, 410, 424, 513-515, 519, 521, 522
 Bens nacionais – 49, 60, 75, 142, 145, 153, 211, 501, 502-507, 510, 514, 518, 535
 BESSA, José Marcelino de Almeida – 15
 BETTENCOURT, Nicolau Anastácio de – 235, 239, 490
 Biblioteca Nacional – 262, 272
 BLUTEAU, Rafael – 31
 Borba – 462
 BORGES, Maria do Carmo Pires Almeida – 240, 488
 Bouças – 59
 BRAAMCAMP, Anselmo José – 73, 166
 Braga – 19, 20, 26, 52, 61, 64, 67, 68, 70, 73, 75, 80, 88, 120, 122, 136, 137, 168, 181, 233, 243, 246, 247, 264, 274, 275, 294, 295, 297, 302, 305, 320, 327, 346, 368-371, 434-444, 447, 448, 450, 452-459, 461, 463-481, 483, 485, 486, 489-492, 494, 495, 516, 565, 569, 571
 Bragança – 20, 33, 39, 53, 55, 61, 64, 67, 68, 73, 75, 80, 82, 86, 120, 129, 136, 137, 154, 157, 181, 218, 219, 220, 225, 233-235, 243, 246, 247, 264, 272, 275, 276, 293, 295, 298, 302, 306, 320, 321, 324, 372-375, 431, 433, 434, 436-444, 446-457, 459-463, 465, 467, 470-474, 477-485, 487, 491-495, 524, 565, 567, 569, 570, 571, 573-576
 BRAKLAMY, José – 72
 BRANDÃO, António Emílio Correia de Sá – 241, 442
 BRANQUINHO, Francisco Manuel Mira – 239, 459
 Brasil – 16, 40, 133, 242, 298, 325, 432, 471, 484, 512, 525, 558, 566, 570, 571, 573-576

C

CABEÇADAS JÚNIOR, José Mendes – 257, 258, 479
 Cabeceiras de Basto – 456, 457
 Cabo Verde – 54, 69, 242, 447, 492, 493, 513
 CABRAL, António Bernardo da Costa – 72, 134, 150, 258, 259, 439, 509
 CABRAL, Bento Ferreira – 136, 449
 CABRAL, João Read da Costa – 235, 239, 468
 Cadeias – 147, 152, 157, 165, 179, 211, 507, 519
 CADILHE, Marta – 27, 575
 CAETANO, Marcelo – 21, 32, 45, 74, -76, 80, 83, 91, 100, 101, 103, 120, 125, 134, 150, 173, 181, 184, 189, 208, 320, 332, 526, 534, 539
 Caldas da Rainha – 459
 CALDAS, Castro – 21
 Calheta (Madeira) – 479, 481
 Calheta de São Jorge – 446, 480
 Camacha – 434
 CAMACHO, Brito – 183
 Câmara Corporativa – 15, 16, 83, 256, 432

- Câmara dos Deputados – 32, 54, 59, 60, 63, 73, 75, 150, 158, 161, 166, 183, 256
- Câmara Municipal – 9, 14, 18, 32, 37, 46, 47, 48, 54, 53, 61-66, 82, 89, 90, 94, 96-98, 100-105, 107, 109, 115, 146, 153, 155, 157, 164, 166, 167, 170, 173, 175, 179, 184, 186-188, 192, 197, 202, 209, 211, 251, 256, 260, 261, 263, 278, 284, 298, 301, 305, 311, 321, 326, 353, 361, 362, 365, 366, 369, 370, 373, 374, 377, 381, 385, 389, 390, 393, 394, 397, 398, 402, 406, 407, 411, 414, 417, 418, 420, 421, 424, 427, 432, 501, 507, 511-513, 516, 517, 519-521, 525, 527, 531, 570, 573-575
- CÂMARA, Jácome de Bruges Ornelas de Ávila Paim da – 235, 239, 463
- CÂMARA, José Félix de Assis da – 136, 476
- CÂMARA, Manuel Homem de Melo da – 486, 560
- CAMELO, António José de Sá – 137
- Caminha – 435, 436, 452, 453, 460, 478, 482
- Caminhos de ferro – 77, 515, 530, 535
- Campo Maior – 457
- CAMPOS, José Damasceno – 154, 474
- CAMPOS, Maria Amélia Clemente – 16
- Cantanhede – 36, 435, 440, 471, 480, 485, 489
- CAPELA, José – 36
- Capitania Geral dos Açores – 45
- CARDOSO, Alfredo Ernesto de Sá – 258, 437
- CARDOSO, António de Barreiros – 210, 440
- CARMO, Bento Pereira do – 54, 55
- CARMONA, Óscar – 71, 496
- CARNEIRO, António Tibúrcio Pinto – 225, 446
- CARNEIRO, Jerónimo José – 55
- CARPINETTI, João Silvério – 35
- Carrazeda de Ansiães – 444, 451, 465, 467, 492
- Carregal do Sal – 447, 448
- Carta Constitucional de 1826 – 40, 44, 63, 73, 89, 94, 150, 500, 509, 518, 566
- Cartaxo – 326, 465, 471, 486
- CARVALHAIS, Rodrigo Pinto Pizarro Pimentel de Almeida – 136, 258, 493
- CARVALHO, Alfredo Monteiro de – 236, 437
- CARVALHO, Custódio Rebelo de – 137, 452
- CARVALHO, José de – 239, 474
- CARVALHO, José Humberto Paiva de – 265, 477
- CARVALHO, Nuno – 27
- CARVALHO, Rita Almeida – 16
- Casa de Bragança – 33, 324
- Casa do Infantado – 33
- Cascais – 310, 451, 538
- Castanheira de Pera – 448
- Castelo Branco – 52, 61, 64, 67, 73, 75, 80, 88, 109, 118, 120, 136, 137, 181, 203, 233-235, 238, 246, 247, 264, 276, 296, 306, 321, 376, 379, 433-436, 438-440, 443-446, 448-450, 452-458, 460-465, 467, 468, 471-476, 478-483, 485-491, 494, 495, 505, 524
- CASTELO BRANCO, António de Azevedo – 219
- CASTELO BRANCO, José Pinto Tavares Osório – 136, 480
- Castelo de Paiva – 468, 473, 489
- Castelo de Vide – 324, 325, 483
- CASTILHO, José Manuel Tavares – 16
- Castro Marim – 494
- Castro Verde – 473
- CASTRO, Francisco Manuel Henriques Pereira Cirne de – 239, 582
- CASTRO, José Luciano de – 100, 166, 167, 174, 517, 567, 570
- CASTRO, Pimenta de – 16, 220
- CASTRO, Zília Osório de – 15, 16
- CAUPERS, João – 21, 129
- Celorico da Beira – 435, 439, 445, 489, 490
- Celorico de Basto – 446, 447, 452, 489, 492
- Cemitérios – 157, 179, 508, 514, 528, 530
- CEPESE – 11, 13, 14, 18-20, 23, 26, 229, 269, 272, 336, 337, 339, 340, 342, 343, 345, 346, 349, 353, 359, 432, 499, 538, 569, 570, 571, 573-576
- CEREZALES, Diego Palacios – 20
- Chamusca – 467
- Chão de Couce – 33, 61
- Chaves – 243, 433, 436, 442, 450, 451, 453, 460, 461, 481, 490, 492
- CHAVES, Alexandre António Alves – 265, 436
- CHAVES, Luís – 21, 79
- Cinfães – 462
- Código Administrativo de 1836 – 75, 97, 125, 139, 143, 150, 156, 271
- Código Administrativo de 1842 – 74, 75, 92, 97, 125, 143, 150, 156, 158, 207, 271, 349, 350, 361, 366, 370, 374, 377, 381, 385, 390, 397, 402, 406, 411, 417, 517
- Código Administrativo de 1870 – 158
- Código Administrativo de 1878 – 96, 97, 100, 161, 164, 167, 183, 184, 271, 350, 353, 373, 389, 401, 410, 424, 521, 524
- Código Administrativo de 1886 – 76, 98, 166, 168, 172, 207, 350, 518
- Código Administrativo de 1895-1896 – 173, 181, 183, 184, 207, 349, 524, 521
- Código Administrativo de 1900 – 181
- Código Administrativo de 1936-1940 – 79, 80, 82, 101, 127, 184, 186, 188, 189, 192, 332, 350, 566
- COELHO, António Fernandes – 143, 150
- COELHO, Levi – 26
- COELHO, Pedro Passos – 10, 13, 127, 203, 263, 265, 536
- COELHO, Trindade – 182, 218, 219, 225
- Coimbra – 26, 33, 36, 61, 67, 68, 75, 80, 82, 97, 120, 132, 136, 137, 168, 181, 184, 197, 208, 209, 233-235, 243, 246, 247, 253, 264, 272, 274, 276, 278-282, 285, 287, 296, 306-310, 321, 345, 346, 380-383, 432-436, 438-444, 446-455, 457-472, 474-487, 489-495, 516, 538, 539, 558, 566-570
- Comarca – 31, 33, 36-39, 44-49, 52-54, 61, 63, 64, 68, 73, 98, 119, 121, 133, 137, 145, 155, 160, 356, 501, 510, 511, 517, 571
- Comércio – 38, 49, 74, 142, 147, 157, 192, 256, 502, 507, 522, 525
- Comissão Administrativa da Junta Geral – 101, 111, 316
- Comissão Central das Juntas de Freguesia – 355
- Comissão de Censura Distrital – 355
- Comissão de Pensões Eclesiásticas – 355
- Comissão Distrital – 76, 96-98, 100, 111, 161, 164, 168, 170, 175, 180, 308, 309, 355, 512, 519
- Comissão Distrital de Assistência – 355
- Comissão Distrita 7, 144, 146, 150, 152, 158, 164, 165, 180, 189, 206, 255, 355, 356, 500, 501, 511, 515, 529
- Conselho de Estado – 41, 91, 125, 154, 255, 257, 260, 350
- Conselho de Instrução Pública – 154
- Conselho de Prefeitura – 46, 54
- Conselho Distrital – 107, 111, 127, 194
- Conselho Económico e Social – 108
- Conselho Municipal – 92, 94, 103, 187, 192, 206, 527
- Conselho Provincial – 81, 187, 255
- Constância (concelho) – 466
- Constituição de 1822 – 32, 40, 44, 63, 122, 133, 134, 143, 533
- Constituição de 1838 – 150
- Constituição de 1933 – 79, 102, 127, 186, 255
- Constituição de 1976 – 83, 85, 87, 107, 109, 125, 127, 131, 193, 263, 352, 533, 535, 536, 539
- Consulados – 362, 366, 370, 374, 394, 402, 412, 421, 427, 506, 516, 522, 523
- Contrabando – 211, 501, 507, 508, 512, 535
- Corregedor – 33, 36, 38, 39, 44, 49, 155
- CORREIA, Porfírio – 26
- CORTE REAL, Francisco de Almeida Freire – 239, 457

Cortes Constituintes – 33, 40
 CORTEZ, António Carlos – 236, 440
 Coruche – 483
 COSTA, Afonso – 183
 COSTA, Artur Leal Lobo da – 175, 235, 236, 448
 COSTA, Barbosa da – 20
 COSTA, Francisco Guedes de Carvalho e Meneses da – 235, 238, 239, 280, 458
 COSTA, Francisco José de Meneses Fernandes – 258, 459
 COSTA, Francisco Manuel da – 137, 459
 COSTA, Gomes da – 184, 257
 COSTA, Maria Manuel Carmona de Figueiredo Nogueira Rodrigues da – 240, 488
 COSTA, Mónica Patrícia Pinto da – 240, 265, 490
 COUCEIRO, António Maria Sousa – 239, 444
 COUTO, Manuel – 27, 575
 Covilhã – 296, 435, 450, 456, 457, 466, 470, 475, 477, 480
 Crato – 33, 39, 61, 445, 464
 CRESPO, João Francisco – 136, 466
 CRUZ, Manuel Braga da – 15

D

Deputado – 14-16, 31, 32, 46, 49, 54, 58-60, 63, 64, 72, 73, 75, 82, 88, 90, 97, 129, 134, 135, 144, 150, 151, 158, 161, 166, 183, 189, 218, 219, 221, 225, 227, 255-257, 259, 260, 432, 500, 507, 509
Diário da República – 113, 114, 117, 196, 265, 331, 335, 339, 350, 362, 366, 370, 374, 378, 382, 386, 394, 398, 403, 407, 412, 414, 418, 421, 428, 499, 533, 565
Diário do Governo – 88, 92, 95, 137, 181, 183, 193, 284, 350, 351, 361, 362, 365, 366, 369, 370, 373, 374, 376, 378, 381, 382, 385, 386, 389, 393, 394, 396, 398, 401, 403, 406, 407, 410, 412-414, 416, 418, 420, 421, 423, 426, 428, 499, 516, 539, 565, 566
 Diocese – 31, 119, 120, 129, 298, 351, 365, 369, 376, 380, 384, 392, 393, 396, 410, 413, 420, 426
 Direção das Obras Públicas – 179
 Direção Geral de Saúde e Beneficência – 211
 Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – 26, 340, 342, 346, 349
 Ditadura Militar – 21, 76, 106, 107, 184, 186, 211, 221, 225, 227, 230, 231, 236, 239, 247, 264, 294, 352, 525, 533
 Duque de Ávila e Bolama *vide* ÁVILA, António José de
 Duque de Bragança *vide* Pedro IV
 Duque de Cadaval – 36
 Duque de Loulé *vide* BARRETO, Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura
 Duque de Palmela – 63, 72, 134

E

Eleições – 20, 37, 53, 59, 65, 75, 102, 116, 147, 157, 164, 167, 170, 175, 181, 187, 189, 215-217, 219-221, 284, 295, 352, 360, 361, 364, 365, 368-370, 372, 373, 376, 377, 380, 381, 384, 385, 388, 389, 392-394, 396, 397, 400-402, 405, 406, 409, 411, 413, 414, 416, 417, 419-421, 423, 424, 426, 427, 500, 501, 505, 507, 509, 511, 513, 516, 521, 522, 539, 567
 Elvas – 33, 61, 119, 120, 446, 467, 473, 479, 480
 Emigração – 129, 157, 178, 187, 211, 226, 298, 301, 353, 512, 517, 518, 519, 522-527, 565, 571, 573-576
 Ensino – 48, 107, 112, 121, 126, 142, 143, 152, 154, 171, 203, 211, 251, 252, 294, 322, 324, 325, 333, 500, 508, 510, 511, 512, 516, 517, 519
 Espanha – 23, 36, 41, 134, 203, 229, 242, 515, 524, 539, 567, 568
 Espetáculos – 165, 170, 178, 187, 197, 202, 208, 226, 227, 272, 355, 356, 419, 524, 525, 526, 528
 Espinho – 448, 466, 479, 489
 Espólio Fotográfico Português – 26
 Esposende – 446, 448, 451, 465

Estado Novo – 15, 16, 20, 23, 76, 79, 83, 101, 104, 105, 122, 126, 129, 184, 193, 207-209, 217, 221, 222, 225, 226, 227, 230-233, 236-239, 242, 252, 254, 257, 259, 260, 272, 290, 332, 352, 432, 526, 534-536, 538, 539, 567, 570
 Estarreja – 435, 440, 463, 465, 474, 493
 Esteval – 39
 ESTORNINHO, Jaime da Conceição Cordas – 265, 463
 Estrangeiros – 146, 152, 165, 170, 178, 187, 208, 211, 226, 227, 242, 256, 353, 506-509, 515, 516, 521, 523, 526-528
 Estremadura – 33, 35, 36, 38-40, 45, 47, 49, 52, 55, 58, 60, 67, 72, 73, 75, 80, 310
 Estremoz – 68, 279, 308, 452, 467, 487
 Évora – 52, 61, 67, 68, 73, 75, 80, 88, 120, 136, 137, 181, 214, 215, 233-235, 238, 246, 247, 264, 274, 279, 280, 291, 302, 308, 321, 384-387, 433, 435, 438, 441-448, 450, 452-456, 458, 459, 461-471, 473-479, 482-489, 492-495, 508, 524
 Exército – 26, 48, 170, 186, 249-251, 433-456, 458-466, 468-472, 474-495, 506, 513, 514, 523

F

Fafe – 473, 486
 Faro – 20, 52, 61, 67, 68, 73, 75, 80, 88, 110, 120, 122, 136, 137, 147, 181, 228, 233-235, 243, 246, 247, 264, 280, 293, 296, 302, 308, 321, 388-391, 431, 433, 434, 436-439, 441-449, 451, 452, 454, 457, 458, 460-463, 465-467, 469-472, 474, 476, 477, 479, 481-490, 492, 493, 495, 524, 567, 568
 Fazenda Pública – 48, 135, 145, 151, 152, 164, 168, 174, 510
 Felgueiras – 313, 433, 445, 452, 473, 477, 570
 FERNANDES, Ana Luísa – 27, 573
 FERNANDES, Henrique José Lopes – 264, 462
 FERNANDES, José Pedro – 21,
 FERNANDES, Tiago – 16
 FERRÃO, Martens – 73, 74, 134, 158
 Ferreira do Alentejo – 473, 477
 FERREIRA, Cidália – 26
 FERREIRA, Diogo – 27, 574
 FERREIRA, Fátima Moura – 255
 FERREIRA, José Dias – 158, 173
 FERREIRA, Mário – 26
 Ficalho (vila) – 36
 FIDALGO, Maria José – 26
 Figueira da Foz – 458, 465, 468, 475
 Figueira de Castelo Rodrigo – 456, 491, 492,
 FIGUEIREDO, Albino de Abranches Freire de – 235, 436
 FIGUEIREDO, Cândido de – 219, 220, 290, 439, 568
 FLORÊNCIO, Nelza – 26
 Fogo de artifício – 165, 170, 178, 187, 280, 528
 FONSECA, Rui Manuel Lemos Garcia da – 239, 493
 Fornos de Algodres – 278, 439, 468, 473
 FRAGOSO, António Marques – 239, 445
 França – 23, 40, 41, 47, 60, 61, 203, 242, 524, 558
 FRANÇA, Paula Cristina – 19, 208, 333
 FRANCO, João – 173, 183, 218, 219, 519
 FREIRE, Agostinho José – 53, 58, 60, 63, 65
 FREITAS, João Inocêncio Camacho de – 239, 467
 FREITAS, José Vicente de – 258, 259, 481
 FREITAS, Justino António de – 20, 121, 207
 Freixo de Espada à Cinta – 218, 484
 Fronteira – 433, 452
 Funchal – 39, 52, 54, 69, 75, 76, 83, 85, 88, 98, 101, 106, 120, 138, 155, 168, 181, 232, 235, 243, 246, 247, 272, 274, 281, 302, 304, 309, 319, 322, 323, 433, 434, 436-441, 443, 445-449, 451-454, 456-461, 463-469, 471, 472, 474-476, 479-485, 488, 490, 493-495, 516, 520, 565, 568-570
 Fundão – 444, 449, 464, 465, 467, 468, 480

G

Gabinete de Apoio Pessoal – 194, 196, 529, 530
 GAIVÃO, Manuel de Sárrea Tavares Mascarenhas – 239, 485
 GALAMBA, António Bento da Silva – 265, 439
 GAMA, Jaime – 18
 GARRETT, Almeida – 61, 72, 73, 215, 216, 431, 511
 GARRIDO, Aires Guedes Coutinho – 235, 434
 GASPAR, Diogo – 16
 Gavião – 458, 466
 Georgetown (Guiana) – 466
 GIRÃO, Amorim – 21, 23, 76, 79, 125, 525
 GIRÃO, António Lobo Barbosa Ferreira Teixeira – 55, 60
 GIRÃO, João Baptista – 137
 Goa – 454
 Goiazes (Brasil) – 484
 Góis – 472, 480
 Golegã – 469
 GOMES, Carlos Jorge dos Santos Silva – 264, 451
 GOMES, Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues – 240, 462
 GOMES, Jorge Manuel Nogueiro – 264, 471
 GOMES, Marques – 16
 GOMES, Neto – 20
 GOMES, Sónia – 27
 GONÇALVES, Horácio de Assis – 20, 221, 225, 239, 272, 462, 567
 GONÇALVES, Silva – 19
 Gondomar – 59
 GORJÃO, José – 14
 Gouveia (concelho) – 443, 445, 456, 471, 480, 483, 488
 GOUVEIA, Jorge Bacelar – 207
 Governo Regional – 85
 Graciosa (ilha) – 69, 320, 445, 458, 466, 487
 GRANDE, José Maria – 136, 479
 Grândola – 71, 298
 Guarda – 26, 27, 67, 68, 73, 75, 82, 120, 136, 137, 168, 181, 233, 235, 243, 246, 247, 262, 265, 281, 282, 296, 302, 306, 309, 323, 351, 392-395, 433, 434, 436, 437, 439, 441, 443-445, 447-450, 452, 454-460, 464-474, 476, 477, 479-483, 485-495, 570
 Guarda Nacional Republicana – 11, 26, 188, 196, 201, 202, 227, 264, 360, 362, 364, 366, 368, 370, 372, 374, 376, 380, 388, 390, 392, 394, 396, 398, 400, 402, 405, 407, 409, 411-413, 416, 418, 419, 421, 423, 424, 427, 524
 GUEDES, Marques – 18
 GUERREIRO, José Joaquim Pita – 265, 478
 Guiana – 242, 466
 GUILHERMINA, Paula – 19
 Guimarães – 61, 243, 435, 449, 455, 461, 466, 467, 470, 474, 478, 483
 GUIMARÃES, Alberto – 16
 GUIMARÃES, Francisco José Rodrigues do Vale – 239, 459
 GUIMARÃES, Querubim – 82
 Guiné – 54
 GUTERRES, António – 201

H

HENRIQUES, Artur Alberto de Campos – 258, 447
 HERCULANO, Alexandre – 60, 61, 314
 HERÉDIA, António Correia de – 241, 455
 HERÉDIA, Francisco Correia de – 236, 457
 Horta – 39, 68, 69, 74-76, 83, 85, 101, 106, 120, 138, 181, 233-235, 238, 243, 246, 247, 282, 310, 435, 437, 439, 441-446, 448-450, 453-461, 464, 467, 470, 473, 474, 478, 480-487, 489-493, 500, 524, 526, 567

Huambo – 451

Idanha-a-Nova – 434, 441, 442, 447, 460, 464, 465, 481

Ílhavo – 476, 482

I

Impostos – 500-506, 509, 510, 512, 519
 Índia (Portuguesa) – 32, 242, 508
 Indústria – 38, 48, 49, 138, 142, 147, 157, 256, 284, 301, 504, 508, 518, 524, 527
 Inglaterra – 23, 60, 242, 558
 Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas – 192
 Inspeção Geral dos Espetáculos – 355
 Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais – 193, 356
 Instituto de Emprego e Formação Profissional – 342, 369, 373, 389, 393, 406, 410, 414, 417
 Instituto Nacional de Estatística – 435, 569
 Instrução Pública – 48, 96, 98, 100, 109, 137, 146, 147, 152, 154, 157, 158, 165, 168, 174, 180, 187, 226, 298, 301, 350, 351, 500, 509, 511, 512, 514, 516, 517
 Integralismo Lusitano – 79

J

Janeirinha (revolta) – 74, 158, 332
 JOÃO VI – 133
 Jogos – 211, 284, 286, 350, 353, 361, 363, 365, 367, 369, 371, 373, 377, 381, 383, 385, 386, 389, 391, 393, 395, 397, 399, 401, 406, 408, 410, 414, 415, 417, 420, 422, 424, 425, 427, 428, 520, 526, 527, 529-531, 535
 JORGE, Angélica – 26
 Jornais *vide* Periódicos
Jornal Oficial da União Europeia – 339
 Juiz de fora – 32, 37, 38, 39, 54
 Juízo da Correição – 356
 Juízo da Provedoria – 356
 Junta Administrativa – 41, 63
 Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional – 85
 Junta de Comarca – 46-48, 61
 Junta de Paróquia – 65, 66, 146, 152, 153, 157, 164, 170, 172, 173, 175, 179, 501, 507, 508, 512, 520, 521
 Junta de Planeamento – 85, 106, 263, 529
 Junta de Província – 46, 64, 73, 74, 75, 81, 101, 103, 186, 187, 278, 317
 Junta Distrital – 103-105, 107, 111, 127, 134, 301, 302, 304, 305, 308, 309, 310, 314-317, 320, 321, 323-328, 356, 528
 Junta Geral de Distrito – 24, 64, 66, 75, 79, 81, 87, 88-98, 100, 101, 111, 135, 144, 145, 151-153, 155, 164, 166, 170, 173, 181, 183, 184, 189, 211, 255, 291, 301, 304-306, 309, 311, 314, 316, 328, 356, 502, 512, 515-519, 521, 526, 539, 567, 570
 Junta Geral de Província – 46, 48, 88
 Junta Regional da Madeira – 85, 263
 Junta Regional dos Açores – 85, 106, 529
 JUSTINO, David – 119

K

Kinshasa – 461

L

LACERDA, José Maria de Vilhena Pereira de – 136, 479
 LACERDA, Silvestre – 26
 Lagoa (Açores) – 437, 485
 Lagoa (Algarve) – 446
 Lagos – 61, 296, 438, 449, 465, 482, 485
 Lajes das Flores – 441, 467
 Lamego – 33, 52, 61, 67, 68, 71, 119, 136, 137, 243, 298, 299, 434, 438, 440, 447, 460, 471, 473, 474, 480, 481, 500

- LAPA, Albino – 19
 LARCHER, Joaquim – 136, 470
 LARCHER, Tito de Sousa – 21, 79
 Lei das sesmarias – 38
 Leiria – 9, 55, 61, 67, 68, 74, 75, 80, 82, 120, 136, 137, 181, 215, 225, 233, 234, 238, 243, 246, 247, 265, 270, 272, 282, 297, 310, 323, 396-399, 433, 434, 436, 442-446, 448-454, 458, 459, 462-469, 471-478, 480, 482, 484-487, 489-493, 524, 539, 565, 568, 569
 LEITE, José Reis – 74
 LEITE, Manuel José Mendes – 239, 487
 LEMOS, Eugénio Mascarenhas Viana de – 239, 454
 LEMOS, Mário Matos e – 16
 LIMA, Jerónimo Barbosa de Abreu e – 235, 463
 LIMA, José Joaquim Lopes – 136, 477
 LIMA, Maria João Pires de – 26, 336
 LIMA, Venceslau de Sousa Pereira – 258, 495
 Lisboa – 9, 13, 16, 19, 20, 29, 33, 39, 45, 52, 53, 55, 58, 60, 61, 65-68, 71, 73-75, 77, 80, 88, 90-92, 96, 102, 103, 106, 108-110, 119, 120, 122, 129, 131, 134, 136, 137, 139, 143, 144, 152, 156, 167, 168, 175, 179, 181, 182, 184, 194, 206, 210, 211, 216, 217, 219, 220, 229, 233, 237, 240, 243, 246, 247, 261, 265, 266, 272-274, 276, 280, 282-286, 288-290, 292, 293, 296, 297, 301-303, 305, 306, 310, 311, 314, 323, 325, 327, 342, 349, 400-404, 431, 433-485, 487-495, 499, 509-511, 516, 518, 524, 529, 530, 538, 539, 565-571, 573, 575
 LISBOA, Maria Adelaide Gonçalves Carvalho Pires – 240, 488
 LOPES, Fernando Farelo – 20
 Loulé – 243, 452, 457, 469, 471, 472, 479, 483, 484, 488, 490, 492
 LOUREIRO, Santos – 21
 Lourenço Marques – 438, 445, 472, 488
 LOURENÇO, Maria Antónia Correia – 240, 488
 Lousã – 450, 454, 457, 459, 469, 475, 478
 Lousada – 442, 461, 469
 Luanda – 433, 436
- M**
 Mação – 462, 470
 Macedo de Cavaleiros – 321, 434, 447, 467, 484, 485
 MACEDO, Miguel – 11, 26
 MACHADO, Ginestal – 220, 490
 MACHADO, João José Xavier do Carvalho Sá – 138, 467
 MACHADO, Manuel Pinto – 16
 Machico – 472, 495
 Madalena do Pico (concelho) – 485
 Madeira (arquipélago) – 39, 40, 52, 54, 67-69, 71, 75, 82, 83, 85, 106, 111, 122, 125, 127, 136, 138, 139, 155, 181, 193, 203, 242, 263, 281, 309, 322, 323, 454, 479, 481, 500, 520, 521, 525-527, 529, 536, 565, 569, 571, 573
 MADEIRA, Mário Lampraia de Gusmão – 239, 489
 Madrid – 455, 478, 539, 568, 569
 Mafra – 453
 MAGALHÃES, Félix Pereira de – 16, 58, 538, 569
 MAGALHÃES, Rodrigo da Fonseca – 64, 133, 136, 137
 MAIA, João – 19
 MALHEIROS, Manuel Luís Macaísta – 265, 487
 Mangualde – 446, 455, 457, 458, 465, 466, 479
 MANIQUE, António – 60
 MANUEL II – 560, 576
 Maputo – 438
 Marco de Canaveses – 433-435, 451, 487
 MARGARIDO, António Joaquim Ferreira – 235, 442, 443
 Maria da Fonte (revolta) – 232
 MARIA II – 16, 31, 55, 63, 134, 294
 Marinha Grande – 466, 471, 477
 Marquês de Fronteira e Alorna – 58
 Marquês de Marialva – 36
 MARQUES, Oliveira – 14, 15, 19, 75, 569
 MARTINS, Oliveira – 13, 61, 121, 125
 MATIAS, Nuno – 27, 575
 MATOS, Lúcia – 27, 574
 MATOS, Norton de – 189
 Matosinhos – 453, 462, 466, 475, 485
 Meda – 448, 449, 481
 MEDEIROS, Alberto Goulart de – 236, 435
 MEDEIROS, Félix Borges de – 239, 455
 Melgaço – 442
 MENDES, Filipe da Silva – 110, 456
 MENDES, José Rodrigues da Silva – 235, 480
 MENDES, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz – 240, 265, 494
 MENESES, Sebastião Correia de Sá e – 69, 136, 493
 MENEZES, Luís da Cunha e – 137
 Mértola – 444, 459, 489, 495
 Mesão Frio – 437, 454
 MESQUITA, Manuel – 236, 487
 MIGUEL I – 44
 Minas Gerais – 440
 Minho – 33, 38-40, 45, 47, 49, 52, 55, 58, 64, 67, 72, 73, 75, 80, 136, 137, 147, 275, 294, 295, 298, 327, 502, 569, 571, 573
 Ministério da Administração Interna – 13, 19, 20, 23, 26, 266, 335, 337, 339, 345, 346, 529, 565, 568
 Ministério da Guerra – 508
 Ministério da Instrução – 456
 Ministério da Justiça – 10, 109
 Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – 271, 517, 518, 565, 568
 Ministério do Interior – 184, 221, 227, 522, 526-528, 566
 Ministério do Reino – 100, 142, 154, 156, 160, 168, 174, 179, 180, 271, 351, 352, 500, 503-505, 508, 511-513, 516, 518, 521, 565, 566
 Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça – 520
 Ministério Público – 98, 100, 151, 170, 172, 175, 180, 195, 202, 249, 361, 365, 369, 373, 376, 381, 385, 389, 393, 397, 401, 406, 410, 413, 416, 420, 424, 426, 507, 517, 518
 Ministério da Administração Interna – 11, 26, 107, 194-197, 200, 201, 263, 265, 266, 353, 432, 530, 531
 Ministro da Agricultura – 256, 432
 Ministro da Economia – 256, 432
 Ministro da Guerra – 256, 432
 Ministro da Instrução – 256, 432
 Ministro da Justiça – 256, 257, 432
 Ministro da Marinha – 256, 432
 Ministro das Colónias – 256, 432
 Ministro das Finanças – 256, 432
 Ministro das Obras Públicas – 256, 432
 Ministro do Comércio – 256, 432
 Ministro do Interior – 74, 183, 208, 209, 230, 243, 256, 279, 432, 521, 527
 Ministro do Reino – 31, 58, 60, 63, 64, 71, 72, 73, 133, 143, 150, 158, 166, 173, 174, 182, 207, 218-220, 232, 432, 514
 Ministro do Trabalho – 256, 432
 Ministro dos Negócios do Reino – 52, 55, 66, 90, 136, 164, 432
 Ministro dos Negócios Estrangeiros – 256, 432
 Mira (concelho) – 36
 MIRA, José Félix – 238, 239, 476

Miranda do Corvo – 458, 463
 Miranda do Douro – 440, 453
 MIRANDA, Gonçalves – 44, 133
 MIRANDA, Jorge – 129
 MIRANDA, Manuel Gonçalves de – 55, 58
 Mirandela – 321, 437, 445, 451, 457, 460, 465, 471, 474
 Misericórdias – 38, 60, 79, 101, 138, 146, 157, 327, 350, 570, 573-576
 Moçambique – 32, 242
 Mogadouro – 218, 219, 444, 462, 467, 472
 Moimenta da Beira – 327, 474
 Moita – 71, 455
 Monarquia Constitucional – 15, 41, 74, 88, 131, 144, 155, 173, 183, 184, 220, 230, 231, 233, 235-239, 242, 248, 252, 254-257, 259-261, 328, 432, 535
 Monarquia do Norte – 441, 444, 447, 450, 454, 455, 489, 491, 495
 Monção – 443
 Monchique – 439
 Mondim de Basto – 469, 485, 490
 Monforte – 447, 470
 MONGE, Manuel Soares – 264, 488
 MÓNICA, Maria Filomena – 15
 MONIZ, Botelho – 232
 MONIZ, Fernando Ribeiro – 264, 456
 Montalegre – 477, 567
 Montemor-o-Novo – 463, 469, 483
 Montemor-o-Velho – 454, 486, 494
 Mora – 471
 MORAIS, José Cabral Teixeira de – 225, 473
 MOREIRA, António Fernando Rebelo – 265, 442
 MOREIRA, João Ferreira Dias – 239, 466
 Mortágua – 433
 MOTA, José Barbosa – 264, 473
 Moura – 438, 445, 447, 479
 MOURA, João António Ferreira de – 45, 138, 464
 MOURA, João Luís de – 220, 239, 467
 MOURA, José Horácio de – 239, 272, 477
 Mourão – 479
 Movimento das Espadas (revolta) – 232
 Murça – 449, 452
 Museu Francisco Tavares Proença Júnior – 26

N

NÁPOLES, Manuel Metelo Monteiro de Lemos e – 136, 487
 Nelas – 457, 471, 485
 NEVES JÚNIOR, Manuel Francisco das – 235, 486
 Nisa – 454, 469
 NOGUEIRA, Daniela – 573
 NOGUEIRA, Félix – 61
 Nordeste (concelho) – 441, 462
 Nova Goa – 492
 NUNES, José Jacinto – 74, 183

O

OCHOA, Venâncio Bernardino de – 136, 495
 Odemira – 36, 438, 448
 Oeiras – 451, 463
 Oleiros (concelho) – 36, 439, 457, 460, 488
 Olhão – 442, 465, 495
 Oliveira de Azeméis – 436, 454, 478
 Oliveira de Frades – 465, 473

Oliveira do Bairro – 436, 484
 Oliveira do Hospital – 440, 486, 492
 OLIVEIRA, António Dias de – 58
 OLIVEIRA, Artur Águedo de – 79
 OLIVEIRA, Catarina – 27, 573
 OLIVEIRA, César – 189, 227
 OLIVEIRA, Olímpio Joaquim de – 137, 143
 ONETO, Maria Isabel Solnado Porto – 240, 488
 Órfãos – 38, 505, 576
 ORTIGÃO, Ramalho – 215, 216
 OSÓRIO, António de Gouveia – 235, 239, 441
 Ourém – 61, 456, 477, 489
 Ourique – 46, 61, 68, 463, 495
 Ouro Preto (Brasil) – 464
 Ouvidoria – 36
 Ovar – 453, 489, 570

P

PACHECO, António José Santinho – 265, 443
 Paços de Ferreira – 456
 PAIVA, José Pedro – 26
 PALMA, Carlos – 26
 Palmela – 71, 72, 316
 Pampilhosa da Serra – 479
 Par do Reino – 90, 256, 432
 Paredes de Coura – 439, 451
 Paris – 155, 160, 492, 513, 539, 568-570
 Parlamento – 14, 15, 16, 18, 58, 60, 88, 158, 160, 161, 173, 256, 257, 260, 261, 266, 360, 361, 364, 365, 368, 369, 372, 373, 376, 377, 380, 381, 384, 385, 388, 389, 392, 393, 396, 397, 400, 401, 405, 406, 409, 411, 413, 414, 416, 417, 419, 420, 423, 424, 426, 427, 431, 432, 514, 539, 567
 Parlamento Europeu – 352, 360, 361, 364, 365, 368, 369, 372, 373, 376, 377, 380, 381, 384, 385, 388, 389, 392, 393, 396, 397, 400, 401, 405, 406, 409, 411, 413, 414, 416, 417, 419, 420, 423, 424, 426, 427
 Partido Conservador – 143
 Partido Histórico – 158
 Partido Regenerador – 218, 219
 Partido Republicano – 74, 183
 Partido Social Democrata – 10, 202
 Partido Socialista – 10, 201
 Passaportes – 10, 37, 75, 138, 143, 146, 152, 154, 165, 168, 170, 178, 187, 211, 226, 346, 353, 361-363, 366, 367, 370, 371, 373-375, 377, 378, 383, 386, 389, 391, 394, 395, 399, 402, 403, 407, 408, 410, 411, 414, 415, 417, 420-422, 425, 427, 428, 500, 504, 506-509, 511-513, 515, 517-519, 521-528, 531-574
 PASSOS, Manuel da Silva – 134, 143, 144, 203, 485, 501
 PASSOS, Manuel *vide* PASSOS, Manuel da Silva
 Patuleia (guerra civil) – 232, 327
 PEDRO IV – 53, 55, 58, 60, 120, 184
 Pedrógão Grande – 482, 489
 PEDROSA, Guimarães – 21, 207
 Penacova – 448, 455, 477, 482
 Penafiel – 61, 434, 437, 468, 469, 488, 570
 Penalva do Castelo – 435, 439, 440, 441, 482
 Penamacor – 446, 482, 489
 PENEDA, Juvenal – 26
 Penela – 434, 455, 464, 465, 477
 Peniche – 447, 465, 472
 PENTEADO, Pedro – 26
 PERDIGÃO, Jacinto António – 235, 279, 281, 463

PERDIGÃO, Mariana Calhau – 240, 488
 PEREIRA, António Manuel – 18, 19, 20, 21,
 PEREIRA, Conceição Meireles – 18
 PEREIRA, Eurídice Maria de Sousa – 240, 455
 Periódicos – 79, 121, 122, 188, 226, 343, 351, 361, 365, 369, 373, 376, 381, 385, 389,
 393, 396, 401, 406, 410, 413, 416, 420, 423, 426, 521, 525, 575
 Peso da Régua – 438, 442, 455, 461, 465, 574
 PESSANHA, Francisco António de Almeida Morais – 55
 Pico (ilha) – 69, 489
 PIMENTEL, Adolfo da Cunha – 433, 576
 PIMENTEL, Alberto – 15
 PIMENTEL, António de Freitas – 238, 239, 441
 PIMENTEL, Luís Cláudio de Oliveira – 136, 483
 Pinhel – 61, 119, 469, 490, 491
 PINTO, António Costa – 15, 16
 PINTO, Carlos Henriques da Silva Maia – 230, 451
 PINTO, Sérgio – 27, 576
 PIRES, Teotónio Machado – 239, 494
 Polícia – 36, 37, 48, 49, 55, 58, 59, 60, 96, 100, 142, 143, 146, 147, 152, 153, 155-
 -157, 165, 170, 171, 178, 179, 182, 187, 188, 192, 196, 200, 201, 203, 206, 208, 215,
 221, 227, 250, 278, 282, 284, 286, 297, 314, 349, 362, 370, 374, 378, 382, 386, 390,
 394, 398, 403, 412, 414, 418, 421, 424, 427, 501, 506, 508, 513-517, 519, 521-
 -523, 530, 531
 Polícia de Segurança Pública – 26, 227, 284, 360-362, 364, 366, 368, 370, 372,
 374, 376, 377, 380-382, 385, 386, 388, 390, 392, 394, 396-398, 400, 402, 405-
 -407, 409, 411, 413, 416-419, 421, 423, 424, 427, 568
 Polícia de Vigilância e Defesa do Estado – 526, 527
 Polícia Internacional de Defesa do Estado – 527
 Policiamento – 188, 200, 201, 227, 501, 506, 511, 515
 Pombal – 487
 Ponta Delgada – 39, 45, 52, 54, 68, 69, 75, 76, 83, 85, 88, 98, 101, 106, 120, 138,
 181, 233, 243, 246, 247, 285, 302, 311, 312, 324, 433-441, 443, 445-451, 453, 455-
 -459, 461-466, 468, 470, 473, 474, 477, 481-483, 487-492, 495, 519, 524, 570
 Ponta do Sol – 481
 Ponte da Barca – 453, 459, 485
 Ponte de Lima – 327, 440, 441, 449, 460, 475
 Ponte de Sor – 464
 Portalegre – 61, 67, 68, 74, 75, 80, 82, 110, 120, 136, 137, 181, 233, 235, 238, 243,
 246, 247, 265, 285, 297, 300, 312, 313, 319, 324, 325, 379, 405-408, 433, 434,
 436, 438, 440-442, 444, 445, 447-454, 456-468, 470-476, 479-487, 489, 490,
 492-494, 524
 Portel – 477
 Porto – 18-20, 26, 27, 31, 33, 39, 40, 49, 52, 53, 58, 64, 65, 67, 69, 72-75, 77, 80, 88,
 92, 96, 98, 102, 103, 110, 120, 122, 129, 134, 136, 137, 139, 144, 152, 155, 166, 167,
 168, 181, 182, 194, 217, 221, 233-235, 243, 246, 247, 265, 272, 275, 276, 286, 287,
 290, 293, 297, 302, 304-306, 312-314, 317, 318, 325, 336, 340, 342, 345, 346, 349,
 431, 433-439, 441-443, 445-456, 458, 460-466, 468-495, 509, 516-518, 529,
 530, 538, 539, 565-571, 573-576
 Porto de Mós – 441, 448, 473
 Porto Santo – 40, 52, 54, 67, 69, 75, 281, 309, 323, 452
 Portsmouth – 461
 Póvoa de Lanhoso – 440, 452
 Póvoa de Varzim – 457, 486
 Praia da Vitória – 436, 452, 466
 Prefeito – 41, 44-49, 53-55, 58-61, 63, 69, 138, 142, 143, 153, 203, 256, 432,
 Prefeitura – 23, 32, 44-47, 53-55, 59, 60, 63-65, 68, 69, 88, 91, 119, 122, 133, 134,
 143, 355, 500
 PREGO, José Coelho da Mota – 235, 474
 Presidente da República – 85, 108, 189, 257, 360, 361, 364, 365, 368, 369, 372, 373,

376, 377, 380, 381, 384, 385, 388, 389, 392, 393, 396, 397, 400, 401, 405, 406,
 409, 411, 413, 414, 416, 417, 419, 420, 423, 424, 426, 427, 432, 496
 Presidente de Câmara Municipal – 64, 188, 227, 256, 261, 263, 432
 Primeira Guerra Mundial – 76, 122, 574, 576
 Primeira República – 15, 16, 18, 20, 23, 72-76, 79, 88, 101, 183, 184, 217, 226, 230,
 231-233, 236-239, 241, 242, 252, 254-257, 259, 260, 294, 332, 432, 536, 538, 539,
 567, 568, 574
 Primeiro-Ministro – 10, 14, 16, 18, 58, 72, 166, 222, 256-258, 260, 264, 265, 432
 Proteção Civil – 10, 11, 26, 108, 194, 196, 197, 200, 201, 210, 266, 529, 530
 Provedor – 36, 38, 39, 44, 46-49, 54, 58-61, 63, 64, 137, 145, 227, 356
 Provedoria – 31, 33, 36, 38, 39, 356
 Província – 13, 21, 23, 24, 31-33, 35, 40, 44-49, 52-55, 58, 60, 61, 63, 64, 67, 69,
 72-77, 79-83, 88, 101-103, 119, 121, 122, 125, 127, 133, 134, 138, 183, 184, 186, 187,
 189, 220, 278, 286, 295, 310, 355, 500, 511, 528, 533, 534, 568, 569

Q

QUARESMA, João Silvério de Amorim da Guerra – 235, 468
 QUEIRÓS, Eça de – 215, 216, 220, 225, 229
 Quelimane – 459
 Quinta Distrital de Agricultura – 96

R

Rabaçal – 36
 RAIMUNDO, Marília Dulce Coelho Pires Morgado – 240, 489
 RAMOS, Fernanda de Sousa Gonçalves Carvalho – 240, 264, 455
 RAMOS, Luís Oliveira – 20, 227
 RAMOS, Rui – 20
 Recenseamento da população – 517, 520, 521
 Recenseamento eleitoral – 352, 507, 511, 514, 517, 518, 522
 RECHENA, Aida – 26
 Recrutamento militar – 32, 37, 46, 48, 59, 126, 154, 157, 175, 211, 301, 355, 502,
 505-508, 510, 511-514, 516, 517, 518, 535
 Redondo (concelho) – 453
 REFOIOS, Francisco Saraiva da Costa – 45, 54, 55, 136, 460
 Reforma Agrária – 194, 529
 Regeneração – 20, 215, 230, 271, 535, 538, 539, 570, 571
 Região Autónoma – 71, 85, 125, 127, 193, 263, 529
 Reguengos de Monsaraz – 445
 REIS, José Miguel – 26
 Resende – 437, 441, 461
 Revolução Liberal de 1820 – 33, 36, 40, 133
 Ribatejo – 33, 36, 80, 325, 326
 Ribeira Brava – 440, 457, 467
 Ribeira Grande – 450, 463, 480
 RIBEIRO, Hintze – 75, 173, 181, 218, 519
 RIBEIRO, José Mendes – 137
 RIBEIRO, José Silvestre – 137, 239, 274, 481, 568
 RIBEIRO, Orlando – 82, 122
 Rio de Janeiro – 299, 437, 466, 467, 477, 485, 494, 566, 567
 RIO JÚNIOR, Manuel Alves do – 137, 484
 Rio Maior – 476, 494
 ROCHA, Coelho da – 60
 ROCHA, Maria Adelaide Torradinhas – 240, 488
 ROCHA, Ricardo – 20, 27, 574, 576
 RODRIGUES, António Luís da Costa – 82
 RODRIGUES, Bruno – 27, 573
 ROLLO, Maria Fernanda – 16
 ROMÃOZINHO, Alberto Ferreira de Matos – 239, 435
 ROSA, Cláudio Mesquita da – 234, 235, 238, 276, 452

ROSA, Irene do Carmo Aleixo – 240, 462
 RUANO, José Manuel – 20, 478

S

S. Miguel (ilha) – 52, 69
 Sabrosa – 433, 446, 461, 476
 Sabugal – 447, 467, 472, 485, 487
 Saldanhada (revolta) – 232
 Salvaterra de Magos – 458, 571
 SAMPAIO JÚNIOR, Luís Teixeira de – 235, 484
 SAMPAIO, António Rodrigues – 160, 167, 183, 258, 259, 446, 514, 515, 539
 SAMPAIO, Jorge – 108
 Santa Comba Dão – 447, 453, 475, 491
 Santa Cruz da Graciosa – 446, 458, 487
 Santa Cruz das Flores – 447, 456
 Santa Maria (ilha) – 52, 69
 Santa Maria da Feira – 433, 437, 449, 462, 492
 Santa Marta de Penaguião – 327, 435, 443, 450, 473
 SANTA RITA, António José Vieira – 235, 238, 239, 273, 282, 443
 Santa Sé – 351, 365, 369, 376, 380, 384, 393, 396, 410, 413, 420, 426
 Santarém – 61, 67, 68, 74, 75, 79, 80, 81, 110, 119, 120, 136, 137, 181, 189, 233, 243, 246, 247, 265, 266, 272, 288, 298, 302, 314, 315, 319, 325, 326, 328, 330, 413-415, 433, 434, 436-441, 443-445, 448, 449, 451, 452, 454-462, 464-476, 478, 479, 482-492, 494, 495, 524, 545, 565
 Santiago do Cacém – 71, 326, 455
 Santo Tirso – 434, 439, 454, 469
 SANTOS, Clemente José dos – 15
 SANTOS, José António – 21, 92, 126, 534, 539
 SANTOS, José Domingues dos – 16, 258, 259, 475
 SANTOS, Maria Isabel Coelho – 240, 488
 São Brás de Alportel – 466, 487
 São João da Pesqueira – 445, 465, 480
 São Pedro do Sul – 444, 481, 487
 São Roque do Pico – 437, 460, 478, 482, 487
 São Tomé e Príncipe – 242, 439
 Sardoal – 468
 SARMENTO, Alexandre Morais – 32, 226
 Sátão – 433, 482
 Saúde Pública – 108, 129, 142, 157, 178, 203, 211, 217, 301, 505-507, 512-514, 518, 520, 521
 SCHULZ, Arnaldo – 208, 209
 SEABRA, António Luís – 63
 Secretaria de Estado dos Negócios do Reino – 46, 53, 95, 134, 515
 Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna – 13, 23, 26, 266, 331, 333, 340, 343, 345, 353, 359, 568
 Secretário de Estado dos Negócios do Reino – 52, 55, 65, 66, 90, 136, 144, 164
 Segunda Guerra Mundial – 122, 208, 536
 Seia – 436, 437, 441, 449, 471, 477, 479, 484
 Seixal – 71, 453
 Senado da República – 75
 Serpa (conselho) – 441, 459, 488
 SERRA, João – 20, 167, 217
 SERRASQUEIRO, Maria Alzira de Lima Rodrigues – 240, 264, 488
 Sertã (conselho) – 478, 493, 495
 Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – 10, 11, 353, 531
 SÉRVULO, Correia – 207, 221
 Sesimbra – 71, 327, 441
 Setúbal – 61, 68, 71, 79, 80, 83, 110, 119, 121, 210, 222, 233, 234, 243, 246, 247, 265, 266, 289, 298, 302, 315, 316, 326, 327, 338, 345, 416-418, 436, 438, 440, 444,

445, 450, 453, 455, 456, 459-462, 470, 477, 479, 484, 485, 487-490, 493, 495, 524, 529
 Sevilha – 482
 SILVA, António – 27
 SILVA, Fernando Alberto Matos Ribeiro da – 239, 275, 455
 SILVA, José Gonçalves da – 20
 SILVA, Luís António Rebelo da – 55
 SILVEIRA, João de Portugal da – 137
 SILVEIRA, Luís Espinha da – 23, 54, 61, 538
 SILVEIRA, Mouzinho da – 16, 23, 31, 32, 36, 44, 54, 58, 60, 61, 538, 567-569
 Silves – 464, 467, 469
 SIMÕES, Nuno – 241, 490
 Sines – 71, 327
 Sintra – 490
 SOARES, Aires Querubim de Meneses – 239, 435
 SOARES, Maria das Mercês Gomes Borges da Silva – 240, 488
 Sobral de Monte Agraço – 310, 439
 SOBRAL, José Manuel – 20
 SOLLA, José Henriques de Castro e – 137
 Soure – 450
 SOUSA, António – 26
 SOUSA, António Teixeira de – 258, 446
 SOUSA, Fernando de – 18-20, 290, 298, 327, 538, 569, 570, 571, 574
 SOUSA, José Ferreira da Cunha e – 235, 279, 476
 SOUSA, Manuel de Castro Pereira de Mesquita Pimentel Cardoso e – 235, 485
 SOUSA, Marcelo Rebelo de – 21
 SOUSA, Mário Pais de – 230, 243, 279, 489
 Sousel – 451, 465, 479, 489
 SOUTO, Alberto – 21
 Supremo Tribunal Administrativo – 97, 166, 172, 181, 256
 Supremo Tribunal de Justiça – 256

T

Tabaco – 503, 512
 Tabuaço – 448
 TAVARES, Eduardo – 15
 TAVARES, Francisco Luís – 235, 459
 TAVARES, João de Sousa – 236, 466
 Tavira – 442, 445, 476, 490, 493
 TEIXEIRA, Armando Nery – 239, 447
 TEIXEIRA, Carlos Gomes – 236, 451
 TEIXEIRA, Maria Dalila Correia Araújo – 240, 488
 Tejo (rio) – 49
 TENGARRINHA, José – 19, 499
 Tentúgal – 36, 61
 Terceira (Ilha) – 32, 39, 45, 273, 294, 304, 538, 565, 567
 Tomar – 33, 326, 434, 435, 446, 459, 462, 464, 484, 491, 492
 TOMÁS, Manuel Joaquim Fernandes – 137
 Tondela – 437, 439, 442, 475, 479, 494
 TÓRO, Bandeira de – 208
 Torre de Moncorvo – 129, 218, 433, 442, 443, 452, 478, 538, 569, 570, 571
 Torres Novas – 467, 492
 Torres Novas (revolta) – 14
 Torres Vedras – 36, 310, 323, 434, 436
 TORRES, João Carlos – 16
 Trancoso – 61, 68, 457, 464, 472, 473, 477
 Trás-os-Montes – 33, 35, 39, 40, 45, 47, 49, 52, 55, 58, 64, 67, 72-75, 80, 571
 Tribunal Administrativo Distrital – 98, 518
 Tribunal Comercial – 154

Tribunal Constitucional – 256, 361, 365, 369, 373, 377, 381, 385, 389, 393, 397, 406, 411, 414, 417, 420, 424, 427
Tribunal de Contas – 97, 170, 175, 256, 339
Tribunal do Tesouro – 48

U

Ultimato de 1890 – 98
União Nacional – 221, 227
Universidade de Coimbra – 36, 253, 432, 440, 455, 538, 539, 567, 568, 570

V

Vagos (concelho) – 443, 449
VALDEZ, Travassos – 150
Vale da Coelha – 36
Vale de Cambra – 433, 488
Valença – 33, 61, 444, 447, 452, 456, 460, 472, 477, 492, 494
Valongo – 138, 450, 470
Valpaços – 448, 454, 482
VASCONCELOS, Joaquim José Dias Lopes de – 137, 470
VASCONCELOS, José Leite de – 75, 122
VASCONCELOS, Neto e – 94
VASCONCELOS, Teixeira de – 155, 215, 216
VAZ, Artur João – 19, 448
Velas (concelho) – 470, 480
Viana do Alentejo – 460
Viana do Castelo – 64, 74, 75, 80, 119, 120, 129, 136, 181, 233, 243, 246, 247, 265, 289, 298, 316, 327, 344, 356, 419-422, 433, 435, 436, 438-443, 446-449, 451-464, 467-476, 478, 479, 481-483, 485-495, 505, 524, 568
VIANA, António – 16
VIANA, Raúl – 73, 492
Vidigueira – 468, 491
VIEGAS, António – 27, 573
Vila do Conde – 449, 575

Vila Flor – 445, 456
Vila Franca de Xira – 439, 470
Vila Franca do Campo – 453
Vila Nova de Cerveira – 446, 467
Vila Nova de Famalicão – 433, 438, 456, 477, 479, 480, 490
Vila Nova de Foz Coa – 443, 464, 473, 477, 485, 492
Vila Nova de Gaia – 18, 441, 460, 462, 471, 476, 481, 487, 570
Vila Nova de Poiares – 479, 484
Vila Pouca de Aguiar – 433, 461
VILA POUCA, Diana – 27, 574
Vila Real – 19, 20, 33, 52, 61, 64, 67, 73, 75, 80, 88, 110, 119, 120, 129, 136, 137, 161, 181, 208, 219-221, 225, 233-235, 243, 246, 247, 265, 272, 290, 293, 295, 298, 316, 327, 348, 423-425, 431, 433-450, 452-455, 459-474, 476-481, 483, 485-488, 490, 492-495, 505, 524, 538, 539, 567-569, 571, 573-576
Vila Real de Santo António – 460
Vila Velha de Ródão – 486
Vila Verde – 457, 459, 466, 487
Vila Viçosa – 61, 462, 483, 485, 573
Vilafrancada (revolta) – 44
VILAS BOAS, Francisco de Paula de Sousa – 137, 235, 239, 458
Vimioso – 320, 434, 448, 455
Vinhais – 225, 433, 461, 462, 491
Visconde de S. Gil *vide* MENESES, Sebastião Correia de Sá e
Viseu – 19, 52, 61, 68, 71, 73, 75, 80, 96, 110, 120, 136, 139, 168, 181, 208, 233, 235, 243, 246, 247, 265, 290, 291, 293, 298, 299, 302, 317, 319, 327, 328, 333, 354, 426-428, 433, 435-437, 439, 440, 442-447, 449, 450, 453-458, 460, 462-471, 473-479, 481-485, 487-492, 494, 495, 500, 516, 539, 568, 569
Vistos – 353, 509, 525, 527
Vizela – 441, 447
Vouzela – 435, 436

Z

ZUQUETE, Afonso – 16



1957

1958

1959



Fernando de Sousa, professor catedrático da Universidade do Porto, é presidente e coordenador científico do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Foi membro da Assembleia do Atlântico Norte (1983-1986 e 1991-2000) e deputado à Assembleia da República (1983-1985 e 1991-1999), tendo presidido à IX Conferência Interparlamentar EUREKA (1998), à Comissão Parlamentar da História do Parlamento (1992-1995) e à Comissão Parlamentar do Património (1995-1999).

De entre as largas dezenas de trabalhos que publicou e coordenou no âmbito da História Económica, Social e Política da Época Contemporânea destacam-se: *Banco Borges & Irmão. Uma Instituição Centenária (1884-1984)*, 1984; *Jornal de Notícias. A Memória de um Século (1888-1988)*, 1990; *História da Estatística em Portugal*, 1995; *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, 2006; *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, 2006; *Félix Pereira de Magalhães. Um político do liberalismo português (1794-1878)*, 2007; *Espólio Fotográfico Português*, 2008; *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, 2009; *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património*, 2011; *Os Presidentes do Parlamento Português. I República (1910-1926)*, 2012; *A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)*, 2012; *Os Paços do Concelho do Porto*, 2013; *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*, 2013; *Dicionário de Relações Internacionais*, 2014 [3.ª ed.].



O CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade é uma Instituição de Utilidade Pública dedicada à investigação científica, de vocação interuniversitária, fundada em 1990 pela Universidade do Porto e pela Fundação Eng. António de Almeida, e uma Unidade de Investigação da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Tem como missão desenvolver a investigação em História e nas Ciências Sociais, através da publicação e difusão dos resultados obtidos em livros, revistas nacionais e estrangeiras acreditadas, e em plataformas digitais; promover e difundir a cultura científica na sociedade portuguesa, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento da sociedade de informação e comunicação; reforçar a presença portuguesa no mundo, através do estabelecimento de relações privilegiadas com a comunidade científica internacional, dando particular importância aos países da Europa do Sul e aos países de língua oficial portuguesa; e formar e apoiar, científica e materialmente, jovens investigadores, especialmente os que se encontram empenhados na preparação de teses de doutoramento.

Para tal, o CEPESE desenvolve projetos de investigação, propicia o debate científico em seminários que organiza regularmente e promove a disseminação dos seus estudos na sua revista *População e Sociedade*, de periodicidade anual, nas diversas coleções temáticas de que dispõe – *Militarium Ordinum Analecta*, *Economia e Sociedade*, *Arte e Património* e *Os Portugueses no Mundo* – e através das numerosas publicações autónomas que edita. Todas as obras publicadas pelo CEPESE encontram-se disponíveis gratuitamente em formato eletrónico, no portal www.cepesepublicacoes.pt.

ANA LUÍSA FERNANDES ANTÓNIO VIEGAS BRUNO RODRIGUES
CATARINA OLIVEIRA DANIELA NOGUEIRA DIANA VILA POUÇA DIOGO
FERREIRA FERNANDO DE SOUSA ISILDA MONTEIRO LÚCIA MATOS
MANUEL COUTO MARTA CADILHE NUNO MATIAS PAULA BARROS
PAULO AMORIM PEDRO MENDES RICARDO ROCHA SÉRGIO PINTO

